

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 19 DE MAIO DE 2010

NÚMERO 6.172

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2172 EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 042ª Sessão Ordinária realizada em 13/05/20102 Ata da 011ª Sessão Extraordinária realizada em 13/05/201010</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa15</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Resultado.....16 Lei16 Portarias16</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Dado Chereim - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

Sumário

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à micro e pequena empresa.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à micro e pequena empresa; expõe sua preocupação com o Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Expõe sua preocupação com o cumprimento do Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala sobre a mobilidade urbana da capital.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Aborda o sistema ferroviário para Santa Catarina; defende o piso salarial para professores; diz da necessidade da Defensoria Pública; questiona a merenda escolar.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se aos Jastj, à comenda Cruz do Mérito da República da Polônia, à posição do deputado Elizeu Mattos com relação à votação da MPV 0170, à moção do deputado Peninha com relação às possíveis barreiras anunciadas pelo governo argentino e à entrevista de Eduardo Pinho Moreira.

DEPUTADO DADO CHEREIM (aparte) - Exalta a conduta do deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Antônio Aguiar pelo pronunciamento.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Reporta-se ao Decreto n. 3.174, às cheias em Santa Catarina e ao complexo intermodal catarinense; parabeniza o Criciúma Esporte Clube.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Questiona pronunciamento de deputado do PT.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Ressalta a incoerência da bancada do governo estadual.

DEPUTADO DADO CHEREIM (aparte) - Registra a transparência do PSDB.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Aborda problemas com a internet em Schroeder e os custos com o uso do cartão de crédito.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Parabeniza o deputado Dieter Janssen pela preocupação com os custos do cartão de crédito.

Ordem do Dia

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Solicita a inclusão de projeto de sua autoria na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Reporta-se ao Pedido de Informação 0075/2010, de sua autoria, referente ao Prodec.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, trago a esta tribuna, hoje, alguns temas que dizem respeito à micro e pequena empresa e ao Decreto n. 3.174, de 15 de abril de 2010, que ontem foi, inclusive, motivo de uma audiência pública nesta Casa com uma grande participação de contadores e de micro e pequenos empresários.

Esse decreto preocupa muito e, mais uma vez, cria uma confusão generalizada. Os micro e pequenos empresários tinham uma tranquilidade

maior, com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa que simplificou muita coisa. É claro que ainda não está perfeito e, inclusive, o deputado Cláudio Vignatti, coordenador da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas no Congresso Nacional, fez uma reunião, na semana passada - eu, infelizmente, não pude estar presente, mas já peguei todas as informações -, para debater as mudanças na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, as adequações, que são reivindicações do setor.

Mas antes de entrar nesse tema, eu quero trazer um assunto que preocupa muito a região oeste catarinense, deputado Gelson Merísio, principalmente a Regional de Xanxerê, que é uma ponte que liga os municípios de Marema e Entre Rios. Lá ocorreu um problema, parece que colocaram fogo na ponte há alguns anos, e não há a sensibilidade do governo de fazer um investimento e recuperar a ponte, o que seria muito importante para os municípios que são pequenos, distantes não têm a atenção que necessitam.

Muitos trabalhadores, inclusive, deslocam-se a Xaxim e a Chapecó para trabalhar, seis ou sete ônibus saem diariamente de dentro da área indígena de Chapecó para trabalhar no frigorífico em Chapecó e nas agroindústrias em Xaxim, na Diplomata. E como precisam fazer a volta por Xanxerê, isso cria um constrangimento muito grande.

No dia de amanhã a população da região irá mobilizar-se e fazer um ato para sensibilizar o estado no sentido de refazer aquela ponte que beneficia um grande número de pessoas da região.

Então, queremos aproveitar a oportunidade para cobrar junto ao Deinfra, ao governo do estado e à secretaria de Infraestrutura que aquela ponte seja de fato recuperada o mais rápido possível para acabar com aquele constrangimento, com aquela situação que a população da região vive quando precisa deslocar-se de um município para outro, dentro da região e, inclusive, quando precisa ir trabalhar. Portanto, esse investimento é importantíssimo para a região.

Voltando ao Decreto n. 3.174, de 15 de abril de 2010, quero dizer que até agora não conseguimos entender qual a intenção do governo do estado, da secretaria da Fazenda, em alterar esse conjunto de leis, inclusive desrespeitando a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Depois que todos, inclusive os contadores, compreenderam que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa simplificou os mecanismos do pagamento dos impostos, agora vem esse decreto criando uma confusão nesse sentido. Com certeza, muitas micro e pequenas empresas vão ter, mais uma vez, um aumento de impostos em nosso estado.

Então, a audiência pública, ontem, debateu esse tema, e o grande número de micro e pequenos empresários e de contadores presentes demonstrou a preocupação. Novos produtos foram enquadrados na substituição tributária e houve um aumento na carga tributária.

Esses micro e pequenos empresários, assim como os contadores, querem que de fato essas micro e pequenas empresas continuem na tabela do Simples, que é muito mais fácil esse enquadramento desses empresários.

Por outro lado, estamos vendo o aumento da renúncia fiscal no estado. Para o ano que vem a previsão é do aumento de R\$ 1 bilhão. Num Orçamento de quase R\$ 13 bilhões temos R\$ 4 bilhões de renúncia fiscal no estado. Então, isso nos preocupa muito.

A Medida Provisória n. 163 está tramitando nesta Casa, e novamente em torno de 170 empresas, segundo o levantamento que fizemos, vão ser beneficiadas. E qual é o incentivo que os nossos micro e pequenos empresários de

fato vão ter? Qual é a participação deles nesse bolo de R\$ 4 bilhões de renúncia fiscal?

Está na hora de a secretaria da Fazenda do estado construir de fato... E agora, na discussão do Orçamento Regionalizado, será um bom momento para fazermos esse debate para que uma parte do Orçamento do estado de Santa Catarina seja destinada também a esse setor para se construir uma política séria para as nossas micro e pequenas empresas.

Hoje há o Prodec e o Pró-Emprego, mas a absoluta maioria disso é para as grandes empresas. E as micro e pequenas empresas, que geram a maioria dos empregos no nosso estado, não têm esse atendimento.

Logo em seguida, irei à reunião do Fórum Estadual das Micro e Pequenas Empresas, juntamente com o Conselho Estadual, uma vez que sou o representante desta Casa, para debater esse tema e, com certeza, tirar um conjunto de propostas e encaminhamentos que vamos trazer a partir da semana que vem para o debate tanto na Assembleia quanto no estado, nas entidades das micro e pequenas empresas.

Também quero aproveitar para convidar todos os srs. parlamentares para participarem, no dia 21, na próxima sexta-feira, de uma sessão solene em homenagem à Fampesc, às nossas micro e pequenas empresas e às suas organizações. Assim, estaremos valorizando esse setor, essa organização que construiu a história em Santa Catarina.

Portanto, fica o convite a todos os srs. deputados a as sras. deputadas para participarem dessa sessão solene, na próxima sexta-feira, às 19h, neste plenário.

Queremos, mais uma vez, parabenizar as Ampes e as micro e pequenas empresas pelo grande trabalho que estão realizando em nosso estado. Inclusive, gostaríamos de agradecer a presença do sr. Ercilio Santinoni, presidente da Confederação Nacional da Micro e Pequena Indústria, que nos está visitando no dia de hoje. Ele está aqui num momento bom, quando se precisa debater, profundamente, esse Decreto n. 3.174, do dia 15 de abril de 2010, que cria uma grande mudança na legislação tributária, principalmente para as nossas micro e pequenas empresas no estado de Santa Catarina.

Então, é nessa perspectiva que nós estamos trabalhando, e iremos à reunião daqui a pouco. Primeiro vamos-nos reunir com o presidente nacional da Federação das Micro e Pequenas Empresas e depois, na reunião, discutiremos esse tema da medida provisória e outros temas relacionados às nossas micro e pequenas empresas no estado de Santa Catarina.

Fico muito grato de poder representar este Parlamento no Conselho Estadual da Micro e Pequena Empresa.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch. O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sílvio Dreveck, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Dirceu Dresch, v.exa., nesta tribuna, fez referência à audiência de ontem que discutiu a questão do acréscimo de impostos, mais precisamente de ICMS. Está acontecendo, mais uma vez, em Santa Catarina essa confusão generalizada, e a micro e pequena empresa é que estão sendo penalizadas.

Nós já falamos sobre isso ontem, mas agora queremos reforçar esse registro. Gostaríamos de dizer a v.exa. e aos colegas deputados que no dia 26 haverá mais um encontro, em Brasília, da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, no qual estarão participando o governo federal, o Sebrae, os parlamentares, a Confederação Nacional do Comércio, que repre-

senta 100% da micro e pequena empresa na atividade comercial, além do Conselho Nacional de Contabilistas.

Nós vamos continuar essa batalha que pode ser incansável, mas precisamos vencer para o bem da micro e pequena empresa, da geração de empregos e para a sobrevivência dessas empresas, uma vez que esse aumento, esse acréscimo de ICMS inviabiliza os negócios.

Por outro lado, na semana que vem, deputado Sargento Amauri Soares, iniciaremos novamente a peregrinação do Orçamento Regionalizado. E já quero pedir aqui para não nos iludirmos ou criarmos uma falsa expectativa para as nossas lideranças regionais, municipais.

É a quarta vez que eu participo, por três anos já participamos. Desde o primeiro ano, deputado Dieter Janssen - v.exa., que representa o município de Jaraguá do Sul e toda aquela região, terá a oportunidade de participar agora -, nós percorremos o estado de Santa Catarina. Tem o aspecto positivo, que é o contato com a população, com as lideranças, ouvir as prioridades que são decididas por elas, em cada local, ou seja, o que é mais importante para aquele município ou para aquela região para se fazer investimentos.

Mas na prática isso não funciona, pedagogicamente falando é interessante, é bom, mas na prática não funciona. Por quê? Primeiro porque as 36 secretarias regionais não têm autonomia financeira, têm apenas interlocutores político-partidários, na grande maioria delas, e o dinheiro do investimento sai do Tesouro.

Essas audiências regionais, ultimamente, têm sido marcadas pela presença dos secretários e dos colaboradores dessas regionais que já vêm com um pacote pronto do que é prioritário, até porque eles aprovam todos os projetos, as reivindicações de todos os municípios nessas regionais. Eles não dizem não para nenhuma reivindicação. E daí o que acontece? Quando a reivindicação, o projeto chega, aqui, nas secretarias centrais do governo, não dá para executar, porque não tem orçamento, não tem dinheiro. Ora, se não há dinheiro, não há orçamento, que não se engane aqueles que estão lá na ponta. É melhor dizer não do que criar uma falsa expectativa e frustrar as pessoas, as lideranças e as comunidades.

No Orçamento Regionalizado não é diferente, aprovam-se intenções, projetos, prioridades, muito bonitinho, mas na hora de executar, creio, a média não passa de 20%. Então, isso é lamentável. Quero dizer, nesta tribuna, que nós não podemos fugir da realidade, não podemos nos enganar e enganar aqueles que participam dessas audiências públicas.

Eu espero que neste ano se coloquem as prioridades dentro de um valor exequível, para mais uma vez não frustrar a população catarinense com o tal do Orçamento Regionalizado. Como reafirmo, a idéia é boa, excelente, mas na prática não funciona.

É mais coerente colocar menos e executar. Se há dez prioridades em determinada região, que se coloque, dessas dez, uma, duas ou três, mas aquelas que podem ser executadas. Senão, mais uma vez, deputado Dieter Janssen, nós, parlamentares, assessores, vamos percorrer o estado de Santa Catarina com toda a estrutura da Assembleia Legislativa para nos reunir em vão com aquelas pessoas que estão lá, nas comunidades, participando, deixando de lado seus afazeres, porque têm interesse em resolver as questões - e participam praticamente o dia todo. Aí voltamos para a Assembleia e aprovamos o Orçamento.

Deputado Antônio Aguiar, faço essa colocação, até porque vamos estar na próxima quinta-feira, se não me falha a memória, em Canoinhas, no planalto norte, e é importante que saibamos com clareza o que é esse Orçamento

Regionalizado para não, mais uma vez, frustrar a população catarinense.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Ouço o deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Realmente, deputado Silvio Dreveck, a preocupação de v.exa. com o Orçamento é, sem dúvida nenhuma, pertinente porque o governo tem que saber na essência o que vai acontecer no ano que vem e para isso temos realmente que saber o que queremos. Nós, do planalto norte, temos nos posicionado em situações em que o Orçamento é cumprido parcialmente, mas necessitamos de mais força para que possamos cumprir totalmente o Orçamento Regionalizado. Esse é sem dúvida nenhuma o grande método para nós participarmos de um Orçamento Regionalizado mostrando o futuro da nossa região.

Parabéns, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, eu acredito que vamos ter um trabalho detalhado para apresentar durante as audiências com relação ao que foi priorizado, sobre as obras, o valor orçado para execução, até para que possamos trabalhar naqueles projetos ou naquelas prioridades que foram definidas e não criando novas sem primeiro atender às que foram priorizadas anteriormente e não foram executadas.

Então, srs. deputados, a partir da semana que vem, estaremos no oeste catarinense, no meio-oeste catarinense, deputado presidente Moacir Sopelsa, no planalto norte, depois no planalto serrano e, posteriormente, teremos outras audiências no norte e no sul do estado de Santa Catarina, para levar à nossa população a intenção do Orçamento Regionalizado.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Presidente (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

Enquanto o deputado vem até a tribuna, esta Presidência cumprimenta o vereador Maurício Patzlaff, do município de Arabutã. É uma alegria, um prazer tê-lo no Parlamento, vereador Maurício.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, servidores da Assembleia Legislativa, demais servidores aqui presentes e os que nos acompanham pela TVAL.

No dia 13 de maio comemora-se o Dia da Abolição da Escravatura, são 122 anos. Hoje, haverá manifestações populares em Florianópolis. Trata-se do repúdio da população, dos estudantes, das forças populares em geral, contra mais um aumento da tarifa do transporte coletivo urbano da capital. Em Florianópolis os preços da passagem aumentaram mais de 7% agora no último final de semana. E estão discutindo o aumento da tarifa em 9% também para as demais cidades da grande Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Florianópolis.

Temos falado aqui, e não custa repetir, que esta cidade tem o transporte coletivo mais caro do Brasil, e isso, evidentemente, não está dissociado a qualidade de vida, as condições de tráfego, ao direito de ir e vir da nossa população.

Vai haver manifestação hoje, no centro da Capital, e muitos podem perguntar por que um deputado que é policial militar vem à tribuna para falar sobre esse assunto. Sobra para nós, policiais militares, conter as insatisfações sociais diante da iniquidade produzida historicamente pelos governantes.

Eu acho triste, inclusive, lamentável mesmo, que nós sejamos usados como força física, inclusive, para conter as manifestações legítimas, quaisquer que sejam. E a luta contra o

aumento da tarifa, em Florianópolis, é uma luta justíssima, necessária mesmo.

Nós acompanhamos aqui nesta tribuna diversos deputados falando sobre a situação caótica, insuportável, agonizante, do trânsito na Grande Florianópolis. Existem projetos de 20 anos para fazer contorno viário. Faz tanto tempo, que é da época em que o deputado Edison Andrino era prefeito da capital. Desde aquele tempo já se falava na construção de uma via de contorno na Grande Florianópolis, para evitar trânsito pesado na área urbana de São José, Palhoça e Biguaçu, principalmente. Faz mais de 20 anos, e até agora só projetos. Aliás, o próprio projeto de uma obra que não acontece às vezes custa muito caro. E há outros projetos para diminuir a intensidade do tráfego de veículo particular aqui na capital e na região da Grande Florianópolis.

Quanto já se falou a respeito disso nesta região?! Quantos compromissos de governantes foram feitos?! Há quantos anos nós ouvimos falar no tal metrô de superfície, que seria um projeto inovador, que iria resolver boa parte da agonia do trânsito em Florianópolis e na região? E, como já citei ontem, Florianópolis é considerada a segunda pior cidade em mobilidade urbana para uma cidade desse tamanho. Ou seja, Florianópolis é uma cidade relativamente pequena em relação às grandes metrópoles nacionais e mundiais, mas vive problemas de trânsito parecidos e proporcionalmente piores do que os dramas de trânsito de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. E as soluções ficam sempre nas promessas, aliás, promessas mirabolantes.

Falou-se muito em metrô de superfície, mas não se sabe ainda de nada, nem há uma maquete para mostrar para a população. Falou-se em revitalizar a ponte Hercílio Luz, deputado Dieter Janssen, já faz tempo. Isso foi há anos. Aliás, sempre se falou em revitalizar a ponte Hercílio Luz, e até agora nada foi feito de concreto.

Há quatro anos e dois meses, em março de 2006, houve um ato do governo do estado, ali, na cabeceira da ponte Hercílio Luz, e disseram que iriam colocar aquela ponte para funcionar. E as pessoas mais conhecedoras, aquelas que moram na Capital há mais tempo ou que são daqui, disseram ao governador que é difícil pensar na ponte Hercílio Luz para transporte de automóvel, porque ela é muito frágil, muito precária e sugeriram a utilização da ponte Hercílio Luz para transporte de bicicleta e de motocicleta, porque isso também já diminuiria o tráfego de automóveis pelas outras pontes, pois as pessoas que moram no Estreito poderiam se deslocar para a Capital pela ponte Hercílio Luz, de bicicleta, em menos tempo, gastando menos, não ficando na fila e não poluindo o mundo também.

Ele disse, então, que iria pensar num sistema em que, inclusive, voltaria a circular automóvel na ponte Hercílio Luz. Houve até foguetório. E a impressão foi de que eles queriam derrubar a ponte de tanto foguete que soltaram na promessa de que, logo, logo, ela estaria aberta à circulação não só de bicicletas e motocicletas, mas também de automóveis. O governador garantiu.

Ficou mais quatro anos no governo, depois foi embora e cadê? Não param de empurrar dinheiro na ponte Hercílio Luz. Só com o dinheiro que gastaram com foguetes em março de 2006 daria para recuperar 10% da ponte. E o que acontece? Não fazem nada. Para alargar uma estrada demora uma eternidade, uma via. Falam em metrô de superfície, em revitalização da ponte Hercílio Luz, num novo túnel para passar por baixo do mar e sair lá no Estreito. É o que estão falando agora, nos últimos meses. Falam em outra ponte. Quem sabe, haja mais um monte de condições, de negociatas tipo aquela do Orofino! Mas para alargar uma estrada em dois metros, demora! Para sair um viaduto, demora! E continuam espalhando promessas para a população.

Então, existe um problema grave na Grande Florianópolis de trafegabilidade, um problema gravíssimo de engarrafamento, pois se demora mais de uma hora para andar 10km nesta capital, dependendo do horário. E as promessas continuam.

É evidente que a população vai se manifestar, que isso vai estourar em algum lugar. A passagem do transporte coletivo, que deveria servir para tirar os carros das ruas, é a mais cara do Brasil. Meia dúzia de empresas controla há décadas e décadas os lucros do transporte coletivo. Mas quanto a essas empresas, os governos e os governantes em geral não têm tido a capacidade de dar um basta, apesar dos discursos pré-eleitorais que fazem, até porque muitas pessoas que participam dos órgãos de poder também têm empresa de transporte coletivo, e aí a manifestação vai acontecer, cada vez, com mais gravidade, com uma intensidade maior. Lamentavelmente, aí dizem que é bagunça, baderna e chamam a Polícia Militar para reprimir.

Nós ficamos tristes com isso! Nós queremos políticas públicas de transporte coletivo para a Grande Florianópolis. Chega de promessas! É preciso ação, porque a manifestação é legítima e precisa acontecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais lideranças e visitantes que participam desta sessão no Parlamento Catarinense.

Eu quero, neste momento, com relação a pronunciamentos e depoimentos de interesses individuais do mandato, das articulações e do trabalho que estamos fazendo, falar de alguns temas que estamos movimentando como comissão de Educação, Cultura e Desporto, como coordenador da Frente Parlamentar das Ferrovias e de outras questões.

Em primeiro lugar, muito rapidamente, estivemos ontem em Brasília, por isso a nossa ausência tanto na terça-feira quanto na quarta-feira, participando de várias audiências nos ministérios. E juntamente com os prefeitos da Amosc, do Consórcio Iberê, estivemos, na própria presidência do Ibama, no ministério de Minas e Energia, para discutir sobre a situação da foz do Chapecó, da barragem que está prestes a entrar em funcionamento e há várias questões sociais, ambientais e públicas pendentes de solução.

Com o apoio do Ministério Público Federal vai haver uma audiência pública no dia 31 de maio para ouvir as comunidades, os prefeitos, as lideranças para discutirem o que está pendente antes de liberar a licença de operação. E foi extremamente positivo, porque o Ibama, o ministério de Minas e Energia e o Ministério Público Federal assumiram a responsabilidade de resolver os problemas pendentes dos atingidos pela barragem, das prefeituras que têm problemas sociais, da situação à jusante dos municípios atingidos, como Águas de Chapecó, mas principalmente São Carlos e Palmitos, jusantes da barragem que têm vários problemas ainda para resolver.

E foi extremamente positivo porque o Ibama, o ministério de Minas e Energia e o Ministério Público Federal assumiram a responsabilidade de resolver os problemas pendentes dos atingidos pela barragem, das prefeituras, que têm problemas sociais, da situação do municípios que estão à jusante da barragem, ou seja, Águas de Chapecó, mas principalmente São Carlos e Palmitos, que têm vários problemas ainda para resolver.

Então, foram positivas as audiências e, como disse, teremos no dia 31 de maio a audiência pública para dar prosseguimento a essa luta. A energia é importante para o desenvolvimento do país, sim; para a nossa região, sim; mas, há os problemas sociais, ambientais, muitos deles ainda não resolvidos.

Em relação à outra audiência que fiz, como coordenador da Frente Parlamentar das Ferrovias, com a Coordenação das Ferrovias do ministério dos Transportes, tivemos novamente a confirmação de que a partir da inclusão no PAC II dos projetos ferroviários de Santa Catarina, no prazo de 60 dias serão publicados os editais para a realização dos projetos de viabilidade, os projetos básicos e os projetos ambientais da Ferrovia da Integração, conceituada como corredor ferroviário de Santa Catarina, e também da Ferrosul.

Portanto, foi muito positivo e até porque precisamos prestar contas para os nossos prefeitos, para as nossas lideranças empresariais, para as regiões do estado e os projetos ferroviários estão em andamento. Agora estão no momento de produzir técnica e formalmente os editais que irão para licitação num prazo de 60 dias. Com relação aos projetos da Ferrovia da Integração em Santa Catarina, que vai ligar Itajaí a Dionísio Cerqueira, vamos movimentar as comunidades e as regiões para essa luta fundamental, porque nosso estado precisa de ferrovias porque elas são uma opção de transporte mais barato, mais seguro, um transporte ambientalmente sustentável, porque mantém as empresas na região por onde passa, atrai novos investimentos e permite a melhoria do transporte rodoviário. Por isso é que defendemos a implantação de ferrovias em Santa Catarina.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto e nós, como Parlamento, estamos apoiando duas grandes bandeiras neste momento. Queremos regulamentar a bandeira do piso nacional em Santa Catarina, para que os nossos professores possam ter não só o salário de quem tem 40 horas com habilitação de quem tem ensino médio, como prevê o piso nacional, de R\$ 1.300,00, como estamos propondo nesse movimento de projeto de iniciativa popular, como também, para quem tem faculdade, R\$ 1.838,00 em início de carreira e para quem tem especialização R\$ 2.205,00 no início de carreira, R\$ 2.646,00 para quem mestrado e R\$ 3.176,00 para quem tem doutorado e início de carreira no magistério público em Santa Catarina.

Queremos regulamentar essa matéria em Santa Catarina, queremos regulamentar o piso estadual e queremos colher 100 mil assinaturas em forma de projeto de iniciativa popular, para que no início de junho possamos dar entrada nesta Casa a esse projeto de iniciativa popular, que foi o primeiro grande movimento para implantar o salário mínimo estadual em Santa Catarina, que foi vitorioso neste Parlamento, eis que foi aprovado por unanimidade.

Agora, estamos na luta da Defensoria Pública, e faltam somente cinco mil assinaturas para dar entrada a um projeto de iniciativa popular. Santa Catarina é o único estado do país que ainda não tem Defensoria Pública e advogados para aqueles que mais precisam e que não têm como pagar ações judiciais, orientações, defesas individuais ou coletivas aqui no estado.

É o pior exemplo para o Brasil Santa Catarina não ter Defensoria Pública. Então, está aí a luta de um piso estadual regulamentado, respeitando a lei nacional e o piso nacional, diferenciando por habilitação também em Santa Catarina no início de carreira, como prevê um plano de carreira ou a própria lei federal do piso.

Em outra direção, quero dizer que a comissão de Educação aprovou um requerimento convidando o secretário da Educação para explicar a situação da merenda escolar em Santa Catarina,

os milionários contratos de licitação, da terceirização, da privatização da merenda escolar, além da demissão de quatro ou cinco mil merendeiras, tirando elas do emprego, da dignidade, do mínimo de qualidade de vida, permitindo um processo de humilhação aos professores da rede pública estadual.

Em vários momentos os professores foram impedidos de acessar a cozinha da escola, que é pública, privatizaram a cozinha e a merenda, mas também privatizaram um espaço público dentro da escola, impedindo o professor de entrar na cozinha e humilhantemente botando o professor a comer no corredor. É a pior imagem que um professor, educador e deputado podem ouvir e ver numa escola pública.

Queremos explicação a respeito do custo da merenda escolar, ignorando e excluindo milhares de agricultores familiares que estavam diretamente fornecendo e essa empresa, centralizando as compras, excluindo vários municípios e vários agricultores familiares de fornecer a merenda escolar. E o mais grave é o processo denunciado em São Paulo e repetido em Santa Catarina de grandes empresas vencedoras por vício na licitação.

Eu tenho usado uma expressão popular, deputado Décio Góes, que todo mundo entende: Teve xuxo milionário em Santa Catarina na merenda escolar. E este Parlamento não pode se silenciar, quando tiram dinheiro da educação pública, da escola pública, do salário dos professores, da qualidade da merenda escolar. Este Parlamento não pode silenciar diante do aumento do custo da merenda escolar.

A USP tem um estudo que aumenta quando terceiriza ou privatiza e, mais do que isso, faz um conluio das empresas privadas para privatizar a merenda escolar.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - O que nos chama a atenção é que essa fórmula que dobra o custo da merenda de R\$ 70 milhões para R\$ 145 milhões este ano, com a previsão de quase R\$ 200 milhões no ano que vem, é um caso de Polícia, como é um caso de Polícia em São Paulo.

Infelizmente, estão repetindo na gestão pública vários casos de polícia, como a própria posse do governador Leonel Pavan. E isso compromete a segurança pública!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O DEM, na prefeitura de São Paulo, tem a engenharia da merenda escolar, e o sr. Paulo Bauer, como secretário da Educação, aprendeu essa engenharia, importou-a de São Paulo e implantou-a em Santa Catarina. Temos que tornar isso público!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

“Senhor presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores, você que nos assiste pela TVAL, que escuta a Rádio AleSC Digital, quero dividir com todos, com os colegas presentes neste plenário, a alegria de uma semana especial para este deputado.

Na tarde de ontem fui a Barra Velha, representar a Assembleia Legislativa na abertura da terceira edição dos Jogos Abertos da Terceira Idade, os Jasti, que é mais do que uma competição entre equipes de todas as regiões do Estado, pois se trata de uma confraternização esportiva, de um saudável encontro entre cidadãos catarinenses que já deram muito da sua

contribuição para construir a nossa sociedade.

Trouxe o assunto porque já participei da primeira edição, realizada em Chapecó no ano de 2008, e estive em Gravatal na segunda edição, ano passado.

Fato é que os Jasti tornaram-se realidade graças a uma lei aprovada nesta Casa, por iniciativa deste deputado, e ela só se tornou realidade porque vocês, colegas parlamentares, entenderam o alcance do projeto, da mesma forma o Executivo, que valorizou os jogos, a ponto de se ter tornado um evento permanente do calendário esportivo estadual.

A semana também está sendo especial porque é a Semana da Valorização da Vida, promovida pela CVV e outras entidades, com o apoio do governo de Santa Catarina, o primeiro estado brasileiro a promover um evento dessa magnitude, que iniciou aqui na Assembleia, já ganhou o centro da capital, hoje terá palestra no auditório da OAB e amanhã vai chegar a diversas escolas. Tudo para valorizar o ato de viver com alegria, disposição e o trabalho dos voluntários que atendem, dia e noite, pelo telefone 141, às pessoas que se sentem em crise, vivem momentos de angústia e precisam de apoio para superar dificuldades, pois o objetivo do CVV é salvar vidas.

Mais uma vez quero agradecer aos meus colegas, pois foram eles que aprovaram a lei criando a Semana de Valorização da Vida, que se encerrará na manhã deste sábado com uma grande passeata, com concentração no Instituto Estadual de Educação, a partir das 8h.

O terceiro motivo de alegria é o registro da homenagem que irei receber na próxima segunda-feira, em Curitiba, a honrosa Comenda da Cruz da Ordem do Mérito da República da Polónia, que me será conferida pela cônsul-geral daquele país, sra. Dorota Joanna Barys.

Receberei tal distinção porque tenho profunda admiração pela comunidade polonesa, que ajudou a construir o mosaico cultural catarinense. Mas a comenda resulta, antes de qualquer coisa, do apoio que obtive nesta Casa para aprovar a lei que reconheceu a data de 03 de maio como Dia Estadual da Colonização Polonesa, coincidindo com a data pátria daquela nação.

Essa lei propiciou a realização, nesta Casa, de duas sessões especiais, uma neste plenário e outra em Itaiópolis, ambas prestigiadas pela cônsul Dorota e pelo embaixador polonês no Brasil, sr. Jacek Kisielewski, com quem terei a honra de participar, no próximo dia 26, em Brasília, das comemorações alusivas aos 90 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Polónia. Ou seja, em três oportunidades, nesses dias, terei a alegria de constatar que a sociedade reconhece o nosso trabalho e que devo compartilhar esse sentimento com todos.

De outra parte, quero aproveitar este pronunciamento para elogiar a posição externada ontem, neste plenário, pelo deputado Elizeu Mattos, colega de bancada do PMDB e líder do governo nesta Casa.

No debate sobre a MPV 0170 ele foi claro ao dizer que não permitiria outro encaminhamento que não fosse o da aprovação do projeto governamental em sua versão original, muito menos para acatar emendas que implicassem em aumento de despesas, inconstitucionais e passíveis de motivar medidas judiciais contra os deputados que as aprovarem, se aprovadas, por ferirem também a legislação eleitoral.

Quem vem para este Parlamento tem por obrigação ter posições claras. É a missão confiada pelos eleitores. Sou líder da bancada do PMDB, a maior desta Casa, e tenho a honra de ter como colega o deputado Elizeu Mattos.

Da mesma forma me orgulham os demais dez representantes do meu partido, que formam a maior bancada deste Parlamento. Nós somos governo desde 2003, apoiamos a melhor proposta de administração pública para Santa

Catarina e queremos dar sustentação aos projetos que garantam a continuidade dessas ações. Isso é o que tem procurado deixar claro o deputado Ronaldo Benedit, quando defende a Segurança Pública e a Casan, bem como a deputada Ada Faraco De Luca, o deputado Valdir Cobalchini, que até há pouco atuava na secretaria de Articulação do governo."

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Sr. líder do PMDB, deputado e médico Antônio Aguiar, quero aqui fazer uma saudação pela maneira como v.exa. traz de uma forma muito transparente a manifestação a esta Casa.

Eu acho que tem que ser reconhecido quem é governo tem o ônus e o bônus, tem a vaia e muito menos o aplauso. Então, quero aqui dizer que só se constrói alguma coisa neste país, sr. líder do PMDB, com muito trabalho e ações. Palavras são palavras jogadas ao vento que daqui a pouco são esquecidas. Agora as ações ficam, as ações permanecem, e a maiores ações que eu vejo deste governo, com certeza, foi aproximar o governo da população através da descentralização.

Quero aqui então, em nome do PSDB, apesar de não ser líder, sr. presidente do PMDB, exaltar a conduta corajosa do líder do governo, deputado Elizeu Mattos. Ele teve postura naquele momento. E é isso que esperamos dos homens públicos. Inclusive, eu dizia a ele que apesar das vaias, ontem, com certeza, ele cresceu aqui neste Parlamento.

Que ele continue honrando este governo que ele tanto honrou, o governador Luiz Henrique e agora o governador Leonel Pavan. Então, a Bancada do PSDB sensibiliza-se com a sua manifestação.

Também quero dizer que o governador, ontem, foi muito taxativo comigo, quando disse que se ficar como está e for aprovada, vai ser vetada, e que se permanecerem as emendas, o governador vai retirar essas medidas provisórias.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Continua lendo.)

"São posições claras que cobram os catarinenses em defesa dos interesses coletivos. Assim age o deputado Manoel Mota, quando cobra o atraso das obras da duplicação do trecho sul da BR-101, para evitar tantas vítimas de acidentes que são registrados naquela rodovia - responsabilidade do governo federal, o governo Lula. Na mesma linha, o deputado Romildo Titon ontem voltou a cobrar providências para a recuperação da SC-455, entre Campos Novos e Tangará, mostrando que defende sua região e que quer uma solução imediata do governo.

O deputado Rogério Peninha Mendonça apresentou moção ao governo federal, pedindo o acompanhamento atento às possíveis barreiras anunciadas pelo governo da Argentina, que poderão dificultar a comercialização de produtos catarinenses naquele país.

Entre os produtos ameaçados estão carnes de frango e de suínos, e aí entra em campo também o deputado Moacir Sopelsa, que representa a região com a maior produtividade nesta área em Santa Catarina e esta semana teve a oportunidade de presidir uma sessão especial da Assembleia em homenagem aos 35 anos da Embrapa Suínos e Aves, orgulho de Concórdia e de Santa Catarina.

Na bancada do PMDB temos grandes parlamentares, como é o caso do deputado Renato Hinnig, esta semana envolvido com questões como a da substituição tributária, que mobilizou uma grande audiência, e do deputado Edison Andrino, que mantém olhar atento a questões como a da segurança pública da capital, e até mesmo às questões urbanas, já que foi o primeiro prefeito eleito pelo nosso partido em Florianópolis. Sem

dúvida nenhuma esses dois deputados fazem o seu trabalho com responsabilidade em Florianópolis.

Para finalizar, quero falar de um colega muito especial, o deputado Genésio Goulart, que representa a região de Tubarão, da Amurel, cidadão de bem, deputado que se orgulha de sua assiduidade neste plenário, onde estará até o final deste mandato. O deputado Genésio Goulart pretende dedicar-se a outras atividades comunitárias em sua cidade e não deve concorrer à reeleição. Por isso, todos os dias temos que aproveitar mais a convivência com ele, uma pessoa afável, de boa índole que soube construir sólidas amizades neste Parlamento."

Temos muito orgulho da bancada do PMDB e queremos dizer aos catarinenses que vivemos um momento impar de construção do próximo governo, e essa construção vem através de propostas, uma vez que a população exige um futuro, um horizonte para o ano que se avizinha.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Eu quero cumprimentar v.exa., meu líder, deputado Antônio Aguiar, por fazer esse reconhecimento da nossa bancada. Antes tínhamos menos deputados e agora, no segundo mandato de governo, estamos com 12 deputados, mas todos com uma posição clara. É importante ressaltar o coleguismo da nossa bancada. Somos em 11 deputados, tendo mais a deputada Ada De Luca. Portanto, uma mulher está junto conosco.

Eu não poderia, em momento algum, deixar de agradecer essa homenagem que v.exa. presta a nossa bancada. V.Exa., como líder, presta uma homenagem a todos os deputados da maior bancada nesta Casa, que é a do PMDB. E todos os seus integrantes têm uma posição clara, uma posição firme, uma posição de descentralização. E assim, como falou o deputado Dado Cherem, o governo que implantamos em 2003 está mais próximo da população. A descentralização tem a aprovação de 78% da população.

Na nossa bancada há muito companheirismo. Quando alguém se aperta, outro acolhe, socorre. Quando alguém não está, o outro substitui. Não há problemas dentro na nossa bancada.

Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo por esse pronunciamento de reconhecimento do trabalho da bancada do PMDB nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós gostaríamos, também, de reportar-nos à entrevista proferida, ontem, pelo pré-candidato Eduardo Pinho Moreira. Quem assistiu ao seu depoimento, falando da sua posição por Santa Catarina, notou a diferença da transparência, a diferença de alguém que está preocupado com o estado. Para a nossa surpresa, ele está ficando cada vez mais conhecido.

Parabéns, ex-governador Eduardo Pinho Moreira, pela sua grande colocação, ontem, na televisão, respondendo aos jornalistas sobre os anseios da população catarinense. Acreditamos que Eduardo Pinho Moreira é, sim, um dos grandes e importantes ícones do PMDB no estado de Santa Catarina. Pensamos que na próxima eleição Eduardo Pinho Moreira, assim como os demais candidatos, estará mostrando para a população catarinense a sua proposta e a sua maneira de conduzir o estado. Como ele é médico, tenho certeza de que a saúde será o seu foco. E, como cardiologista, vai ter, sim, o amor no coração.

Gostaríamos também de dizer aqui, neste momento, o que aconteceu no planalto norte. Na sexta-feira esteve lá presente o governador Leonel Pavan, trazendo recursos para a nossa região. Em São Bento do Sul, inauguramos uma importante obra. E é verdade que levou um pouco de tempo, deputado Sílvio Dreveck, mas

temos certeza de que todos nós, do planalto norte, vamos usufruir dessa obra que faz com que a SC-301, que é a Serra Dona Francisca, torne-se um corredor. Assim, passando por São Bento do Sul vai-se a Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas e a Porto União.

Parabéns ao governador Leonel Pavan, que esteve também no município de Canoinhas entregando recursos. Tivemos a satisfação de recebê-lo, como governador, e temos certeza de que todo o planalto norte viu a sua maneira de governar. Ele está seguindo os passos de Luiz Henrique da Silveira, que são os passos da descentralização. Essa ideia deu certo, precisamos só aprimorá-la, e faremos isso com muito trabalho e dignidade. Temos certeza de que a população do estado de Santa Catarina entendeu essa ideia. Por isso que os recursos que foram para o interior devem-se à descentralização e ao Fundo Social. Acreditamos que temos que ter a continuidade dessa descentralização e desse Fundo Social, que tão bem fizeram aos catarinenses, principalmente do interior. Nós, lá do interior, éramos esquecidos pelos outros governos, e Luiz Henrique mostrou a presença do governo, juntamente com o Leonel Pavan, que muito bem assimilou a ideia. Eu gostaria de parabenizar o governador Leonel Pavan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro o horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, servidores que estão aqui prestigiando a sessão na Assembleia Legislativa e em vigília pela aprovação da Medida Provisória n. 0170.

Quero, primeiramente, sr. presidente, registrar a participação maciça na audiência pública realizada ontem pela manhã nesta Casa, com cerca de 600 micro e pequenos empresários de Santa Catarina que estão, assim como nós, estarecidos e extremamente indignados com essa postura do governo Pavan de, há 15 dias de governo - ele mal entrou no governo -, criar o Decreto n. 3.174 que aumenta indiretamente o ICMS, quando prevê a substituição tributária das pequenas e microempresas, rasgando a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que é uma lei nacional, e atendendo, como tudo que é neste governo, aos interesses dos grandes atacadistas, do grande comércio, dos grandes setores que se interessam pela substituição tributária, eis que lhes é vantajosa, sufocando os pequenos negócios que são a base da economia de Santa Catarina.

Estão querendo matar uma vocação natural do catarinense, que é a da pequena propriedade, dos pequenos negócios. E os pequenos negócios, no seu conjunto, fazem deste um dos estados mais importantes do país. Mas querem matar para mudar o modelo para os grandes empreendimentos, os grandes negócios, que não são a nossa vocação natural.

O Decreto n. 3.174 aumenta os impostos, aumenta a burocracia e usa a tecnologia na sua razão inversa, porque a tecnologia seria para desburocratizar, mas usa para burocratizar. Então, nesse sentido, queremos colocar o nosso mandato à disposição para, no que for possível aqui no Legislativo, corrigirmos essa injustiça. E assim também se dispuseram todos os deputados ontem, inclusive os deputados que até ontem faziam parte do governo.

Quero falar sobre as cheias que estamos vivendo em Santa Catarina, mais fundamentalmente na região sul do estado. Tubarão e Araranguá, por exemplo, estão sem

acesso, com a água invadindo as casas. Criciúma, Urussanga, Orleans, Jacinto Machado, enfim, todo o sul do estado foi atingido por fortes chuvas. Em Laguna, ontem, houve um vendaval muito forte, que derrubou várias casas.

Realmente é uma situação que parte é da natureza, são fenômenos naturais, mas em grande parte as enchentes e os desmoronamentos são causados pela forma como temos promovido o uso do solo e os assentamentos. Há um descontrole dos planos diretores das cidades e também há falta de autoridade do Poder Público para disciplinar o uso do solo. E em muitas regiões há o comprometimento do Poder Público.

Por exemplo, no ano passado, perdemos a oportunidade de enfrentar essa questão de frente, quando não discutimos no Código Ambiental, principalmente naqueles 18 artigos inconstitucionais que permitem, em Santa Catarina, a ocupação de áreas de risco, como os morros com aclives mais acentuados, como a beira dos rios, como áreas que sofrem risco de inundações. Então, perdemos uma oportunidade muito grande de rever isso no Código Ambiental e temos que fazer um *mea culpa* com relação a essa questão.

A cidade de Criciúma, por exemplo, que conheço mais de perto porque fui prefeito, não sofre só com os excessos de chuva. Ocorre falta de limpeza e de manutenção no sistema hídrico, no sistema de drenagem; abortaram o plano de bacias de retardo lá no Próspera, onde estão fazendo o Parque das Etnias, e eliminaram a lagoa de estabilização. No Parque Centenário aterraram a lagoa de estabilização, que eram bacias de retardo de cheias e permitiam dar tempo para a vazão das águas. Abortaram esse projeto.

As obras de saneamento que estão sendo feitas com recursos do estado e com recursos federais estão esburacando a cidade inteira. A prefeitura não teve a capacidade de permitir licenças setorializadas. Assim, esburacou a cidade inteira, e a população está sendo torturada! Uma coisa que era para ser boa virou uma coisa ruim. E tudo isso só para o prefeito, no final da gestão, daqui a três anos, poder passar asfalto na cidade inteira e dizer que renovou a cidade. Uma estratégia de *marketing* vai fazer a cidade sofrer por três anos. Enquanto isso, a terra solta vai aterrando o sistema de drenagem. A cada chuva que ocorre é essa desgraça toda, e a cidade sofre mais do que precisaria sofrer.

Então, são lamentáveis essas posturas na área pública, que fazem com que a população sofra mais do que deva sofrer por conta das questões naturais.

Eu quero, ao finalizar o meu depoimento, primeiro agradecer à comissão de Finanças, que incorporou no Complexo Intermodal Catarinense a emenda de nossa autoria que prevê a implantação desses estudos em outras regiões do estado para que se possa promover um desenvolvimento integrado e equilibrado em todo o estado de Santa Catarina.

Então, o sul vai ter o Complexo Intermodal, assim como o planalto serrano e a região oeste. Isso é tratar o estado de Santa Catarina de maneira equilibrada, não só prevendo equipamentos dessa importância no norte do estado.

Por último, quero dar os parabéns para o Criciúma Esporte Clube, que está num processo de recuperação e de reanimação com o novo presidente Arnaldo Angeloni, que está trazendo um conjunto de parceiros. Vamos mostrar toda a garra histórica que temos no Criciúma, que hoje está completando 63 anos, uma idade extremamente madura e responsável.

E para comemorar a data estão sendo lançados dois projetos com o apoio do governo federal. Um é o Museu do Esporte. A Unesc vai juntar todo o acervo desses 63 anos para criar o Museu do Esporte financiado com recursos dos

programas dos editais do ministério da Cultura.

E o segundo é o programa Segundo Tempo, que, na verdade, é a continuação do Projeto Tigrinhos, que na nossa gestão na prefeitura, de 2001 a 2004, tivemos a parceria com o Criciúma, o que possibilitou que quase duas mil crianças das periferias de Criciúma pudessem ter essa atividade sadia, que é o futebol bem feito. Foi uma parceria, então, da prefeitura com o Criciúma, e agora ela se dá através do projeto Segundo Tempo, que é um projeto do ministério dos Esportes.

Então, o governo federal e o Criciúma vão possibilitar essa oportunidade de as crianças carentes de Criciúma terem essa atividade sadia. E com isso poderemos proteger a nossa juventude de outras atividades que não vêm para o bem da formação daquela gurizada. O esporte é disciplina, é cultura, é trabalho em equipe e precisa, e merece, ser valorizado.

Muito obrigado e parabéns ao Criciúma pelos seus 63 anos de vida!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, público presente neste plenário, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Décio Góes e quero dizer que estou convicto, deputado Dado Cherem, que quanto mais mentiras eles falarem sobre nós, mais verdades teremos que falar sobre eles. Repito: quanto mais mentiras eles falarem sobre nós, mais verdades, infelizmente, teremos que falar sobre eles! Porque é fácil vir à tribuna e dizer palavras, deputado Dieter Janssen, que adoçam o ouvido, mas amargam a vida.

Senão vejamos: por que os deputados do PT não vêm a esta tribuna defender o aposentado? Por que o deputado Pedro Uczai, que acabou de sair da tribuna, não vem aqui dizer que ele quer 7.7% de reajuste para os aposentados? Sabem por quê? Porque o Lula tem, sim, responsabilidade e não solta palavras ao vento. Por isso ele terá que vetar o aumento de 7.7% dos aposentados. E nenhum deputado da bancada do PT vem aqui dizer que ele está errado.

Por isso, o governador Leonel Pavan, nas suas medidas provisórias, tem adotado o critério da coerência e da responsabilidade, porque qualquer emenda feita às medidas provisórias transforma-as em inconstitucionais, em ilegais.

Mas aí vem o discurso fácil, o discurso de quem gosta de jogar palavras ao vento, de quem quer adoçar o ouvido do funcionalismo público, mas amargar a vida. Querem fazer o debate para ver quem leva o desgaste político.

Eu tenho convicção absoluta, total e irrestrita de que o presidente Lula vai vetar, ou senão por que o governo federal não consegue conter as sucessivas greves da Polícia Rodoviária Federal, do ministério da Agricultura? Por que ele não cumpre a palavra? Por que a incoerência, por que o discurso fácil?

Eu, por exemplo, em Santa Catarina, andei pela BR-470 e não vi a duplicação; andei pela BR-280 e não vi a duplicação; andei pelo trecho sul da BR-101 e não vi a duplicação, mas vi o pedágio. O PSDB é o caminho, o PT é o pedágio. O PSDB duplicou a BR-101 no trecho norte, o PSDB é o caminho.

Você, catarinense, quando andar pelo trecho norte da BR-101 saiba que foi o PSDB que a duplicou, mas se você parar para pagar o pedágio saiba que foi o PT que o implantou. Esta é a questão, o PSDB é o caminho, o PT é o pedágio.

Isso dói aos ouvidos, porque a verdade é uma bebida amarga.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Nem precisaríamos rebater porque a incoerência está explícita. Primeiramente, o PSDB realmente levou oito anos e duplicou o trecho norte com recursos do BID, só que agora tem que cobrar o pedágio para pagar. Isso é matemática.

Nós estamos fazendo a BR-101/sul, que tem o dobro do tamanho, e com recursos próprios. Mas esse, acho, não é o debate agora; o debate é sobre a incoerência, até porque v.exa. não estava aqui na semana passada, no dia em que me manifestei a favor dos reajustes dos aposentados. O governo tem que fazer um esforço e dar o máximo possível. Aliás, o presidente Lula está ganhando da inflação, e o Fernando Henrique perdeu para a inflação. Só aí já há uma grande diferença, além de outros aspectos em que a economia brasileira indiscutivelmente é melhor, o que não vem ao caso nesse debate. Mas o que me chama atenção é a incoerência da bancada do governo. Ontem, aqui, fizeram média, o que foi ruim para nós que queríamos um debate mais maduro, mais sério, sobre a questão dos servidores de Santa Catarina, porque todo mundo sabe que o salário está praticamente congelado, sem revisão anual há oito anos. Vocês ficaram oito anos judiando e agora ficam fazendo média com emendas. Não entendi o DEM, pois de um dia para o outro virou Oposição.

Então, devemos usar a tribuna, nobre deputado, para mantermos a coerência, senão fica difícil sabermos como nos comportar.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - A sua fala confirma exatamente o que acabei de dizer, ou seja, quanto mais mentiras falarem, mais verdades nós teremos que falar. O governo se esforçou para fazer a descentralização, o governo Luiz Henrique/Leonel Pavan é um governo que está nos quatro cantos, e está, sim, tentando dar reposição e reconhece que precisa fazê-la. Tanto é que mandou as medidas provisórias.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Cherem - Sr. deputado, o que me traz a esse aparte é uma manifestação que aqui escutei de que o PSDB é caso de Polícia em Santa Catarina. Mas quero aqui deixar claro que agiu com a maior transparência possível. Todos os fatos foram apurados, nada foi jogado debaixo do tapete, nada foi escondido. Eu lamento profundamente quando assomam a esta tribuna para fazer acusações desse tipo, como se já tivessem sido julgados e condenados.

O governador Leonel Pavan em nenhum momento deferiu qualquer ato que pudesse impedir a lisura e a apuração dos fatos. Inclusive, esta Casa é testemunha de que pela primeira vez, na história deste Parlamento, um governador abriu mão da votação para as pessoas decidirem se ele deveria ou não ser julgado. Isso já diz muita coisa.

Sr. deputado Giancarlo Tomelin, eu quero saber como está a história dos aloprados em Brasília, porque o último aloprado, pelo que sei, que tentou fazer um dossiê contra o Serra, virou fazendeiro na Bahia. Não foi? E com o dinheiro de quem, sr. deputado Giancarlo Tomelin? Essa pergunta eu também deixo aqui. Dinheiro de quem? Será que é da compra do dossiê que não conseguiram fazer? Não pagaram?

Sr. deputado Giancarlo Tomelin, é o tipo de discurso que não constrói nada, típico de quem não tem o que fazer. Dai a César o que é de César, a Roma o que é de Roma e a Deus o que é de Deus! A nossa função aqui é construir, cabe ao Ministério Público e à Polícia Federal fazer a parte

deles. Eles lá são importantes, e nós, aqui, nesta Casa, temos que fazer aquilo que todos esperam, que é governar Santa Catarina. E isto que precisamos fazer aqui nesta Casa: governar Santa Catarina, não mentir, não enganar, não jogar para a torcida, porque eu já vi aqui oposição ser situação, e situação ser oposição.

Era isso o que tinha a colocar, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. deputado, v.exa. tem toda razão. Por isso, volto a dizer que quanto mais mentiras eles falarem sobre nós mais verdades teremos que falar sobre eles. Senão, para resolver esse debate, talvez tenhamos que questionar e trazer aqui a senadora Ideli Salvatti para saber o que está acontecendo na Eletrosul, com a sua família totalmente bem empregada aqui no sul; ou talvez trazer o Silvinho Pereira, do PT, que ganhou a camionete; ou trazer o irmão do deputado do PT com o dólar na cueca. Se alguém levou dólar na cueca neste país, esse alguém precisa vir aqui. Vamos convidá-lo para esse debate. Vamos fazer um debate de forma ampla e não dizer palavras que adoçam o ouvido e amargam a vida.

O PSDB é responsável. Se hoje o governo Lula pode dizer para o mundo que o país tem a sua economia sustentável, a sua economia enriquecida, é porque alguém fez o Plano Real, é porque alguém investiu na agricultura, é porque alguém criou as bases para o desenvolvimento econômico, é porque alguém fez com que a economia fosse forte e pujante.

Parabéns, presidente Lula, por continuar o governo do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Na havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, pessoas que se encontram na Assembleia, que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, o que me traz à tribuna, na data de hoje, é um problema que há na minha região, mais especificamente no município de Schroeder, mas que, no meu entendimento, deve afetar todo o estado de Santa Catarina, principalmente as cidades menores.

Temos aqui um ofício da Associação Comercial de Schroeder com relação à questão da banda larga. Todos nós sabemos que a internet é um meio de comunicação do futuro. Há uma expansão grande em nosso estado, nos parques fabris, enfim, o número de residências cresce a cada dia. E a internet é importantíssima na comunicação, seja particular, familiar, de filhos com pais, parentes, ou mesmo na área empresarial, para fechar negócios, para passar pedidos. Enfim, com certeza a internet é um meio de comunicação que deve ser cada vez mais utilizado, mas há dificuldades nesse sentido, como coloquei aqui, principalmente nas cidades menores.

Nós fizemos um levantamento no município de Schroeder, e trago um ofício da Associação Empresarial de Schroeder, com os seguintes dados: a cidade possui 4.000 moradias, 71 indústrias, 304 comércios e 391 prestadoras de serviços.

Há um quadro de crescimento residencial e estamos chegando a quase a 5.000 residências hoje. Em 2002, tínhamos praticamente

2.000 residências. Em 2005, no município de Schroeder, havia 3.000 residências e, hoje, em 2010, há praticamente 5.000 residências. Há ainda um quadro mostrando o número de empresas por bairro. Inclusive vou ler o ofício da Associação Empresarial para que todos possam acompanhar a preocupação.

(Passa a ler.)

"Muitas empresas associadas à Acias, instaladas no município de Schroeder, que necessitam da internet para a geração de negócios, para poderem manter-se atualizadas e fazer frente ao mercado competitivo, estão sem ou com dificuldades de utilizar os serviços de internet, como também muitos habitantes sentem a dificuldade de estarem atualizados nesse meio de comunicação neste município.

A Acias vem mui respeitosamente solicitar à Oi a ampliação, a adequação, melhoramentos, da rede de internet banda larga nos bairros onde estão instaladas as empresas conforme levantamento em anexo.

Por fim, queremos alertar para o fato de que, com a construção do anel viário de Jaraguá do Sul e a duplicação da BR-280, cujo início das obras já está em fase final de definição, a sensível melhoria do acesso rodoviário ao município de Schroeder irá certamente gerar um crescimento na demanda de clientes ainda maior do que já vem ocorrendo. Dessa forma, necessário se faz a pronta ampliação para atendimento das empresas já instaladas e estudos para atender às futuras demandas para o município de Schroeder." [sic]

Então, trata-se de uma cidade pequena, mas com um prefeito bastante consciente e responsável, o prefeito Felipe Voigt, que está mandando um ofício a este deputado, a esta Casa, solicitando o nosso apoio para que trabalhe na questão da ampliação da banda larga naquela cidade, pois Schroeder vem recebendo muito capital. Muitas empresas da região estão-se instalando no município de Schroeder. Por causa da sua topografia, fica fácil as empresas se expandirem naquela cidade. Enfim, isso propicia a instalação de novos parques fabris, bem como uma administração correta. Um dos donos da WEG, sr. Werner Voigt, recentemente fez a doação de um prédio para a instalação do Senai no município de Schroeder. Isso tudo vai propiciar que o município cresça bastante, e sem a internet com certeza não haverá condição de desenvolvimento.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Concedo um aparte ao deputado Giancarlo Tomelin.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Deputado Dieter Janssen, queria parabenizar v.exa. pelo oportuno pronunciamento, até porque v.exa., como este deputado, é de uma nova geração e quer ver o desenvolvimento econômico acontecendo, eis que a base de uma sociedade é o desenvolvimento econômico sustentável para gerar mais empregos.

Praticamente conheço bem a região de Schroeder, porque o meu avô, o ex-deputado Honorato Tomelin, é da região. Já, na época, ele fazia parte do primeiro jornal diário de Jaraguá do Sul, o *Correio do Povo*, e dizia da importância de se ter a informação na hora que se precisa. E v.exa. assoma a esta tribuna para falar da necessidade da internet em Schroeder. Parabéns, esse é o caminho! Como também citou a BR-280, e reafirmo, é uma das promessas e das falácias do governo federal.

Então, v.exa. tem que fazer essa manifestação, sim! Tem que vir a esta tribuna reivindicar, dizer o que pensa, olhar no olho, dizer a verdade sem medir as consequências político-

eleitorais, porque alguns querem transformar o cidadão em eleitor para apenas conquistar o seu voto e manter os seus palácios, os seus minicastelos de poder. V.Exa. é de uma nova geração, e essa nova geração tem que tratar o cidadão como cidadão, lutar pelo desenvolvimento econômico, lutar para que as nossas regiões possam se desenvolver, gerar novos empregos e mais oportunidade.

Parabéns, deputado Dieter Janssen!

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Uma das nossas bandeiras, quando chegamos aqui, era realmente a questão da infraestrutura. Falamos, desde o início, que iríamos tratar dessa questão, bem como da falta de energia, problema que afeta muito a nossa região, mas a comunicação, sem dúvida, é uma ferramenta necessária, principal e barata.

Hoje, existem coisas que você não tem condição de tratar por telefone celular, enfim, pelo custo: mas pela internet a comunicação é bastante fácil. E há condição de se ter um documento, uma prova, de que houve a comunicação, enfim, dá uma transparência bastante boa para as transações comerciais. E neste estado, com certeza, não é só o município de Schroeder que tem essa situação.

Também gostaria de reforçar, nesta tribuna, outra questão. Estivemos em uma reunião com o CDL de Jaraguá do Sul tratando também de uma questão que afeta todo o estado de Santa Catarina e, com certeza, a população em geral, que são os custos do cartão de crédito.

Estamos acompanhando já há algum tempo, nos CDLs, esses custos que são repassados para o consumidor quando compra uma roupa, um calçado, um alimento, enfim, com o cartão de crédito. Sabemos que o mundo caminha para o uso cada vez maior desse tipo de moeda, mas esses custos vêm afetando muito os lojistas. Fora o aluguel que eles têm que pagar, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, pela autorização do aparelho, R\$ 80,00 ou R\$ 90,00 por aparelho, necessitam ter a bandeira Visa ou Mastercard - em várias situações as duas máquinas têm aluguel mensal -, e ainda há o custo sobre as operações de crédito. Nessas operações de crédito isso até é discutível, porque existe um pequeno risco. Ou seja, se daqui a pouco acontece uma situação de risco, então, existe a necessidade de colocar um *spread*, por uma possível inadimplência.

Agora, a situação que precisa ser definida nesta Casa e apoiada na briga com relação aos bancos é a situação dos débitos. Ao fazermos uma compra, quando solicitamos que seja feito o débito e não o crédito, a cobrança já entra direto na sua conta, ou seja, a loja já vai sacar de imediato na sua conta corrente o valor. Já na compra a crédito não é assim. Na compra a crédito tem um pouco de risco, mas no débito saca-se direto o recurso da conta. Se houver o recurso, já vai acontecer o débito, ou seja, não há risco nenhum. No débito não há risco para o banco, para a empresa do cartão de crédito. Então, esse é o motivo da minha vinda aqui, ou seja, que trabalhe nessa linha.

É uma briga antiga do CDL a questão de que a operação de débito não traz risco. O saque é imediato na conta da pessoa que está comprando um produto, mas são cobrados hoje 2,5% sobre uma compra efetuada no débito automático. Então, é um custo bastante alto. Imaginem se houvesse o desconto de 2,5% em cima de um produto? Com certeza o consumidor sairia ganhando.

Então, precisamos trabalhar essas bandeiras, a questão do crescimento da telefonia móvel e a questão dos cartões de crédito para a diminuição dos custos.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dieter Janssen.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofício n. 0016/2010, de autoria da 1ª Vara de Trabalho de Joinville.

Srs. deputados, passaremos, agora, para a votação de várias redações finais. Eu gostaria de saber se v.exas. concordam que a votação seja feita em bloco.

(Os deputados aquiescem.)

Com a aquiescência dos srs. deputados, assim procederemos.

Votação da redação final do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0172/2010.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0032/2010; 0034/2010; 0037/2010; 0049/2010; 0052/2010; 0082/2010; 0121/2010; 0122/2010; 0127/2010; 0302/2010; 0308/2009 e 0375/2009; 0493/2009.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Está faltando um projeto de minha autoria que foi aprovado ontem, em primeiro turno, que declara a cidade de Nova Trento como Capital Catarinense do Turismo Religioso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - São necessárias duas sessões de interstício, deputado Lício Mauro da Silveira. Foi votado em primeiro turno ontem e hoje seria em segundo turno.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - É, infelizmente, v.exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Se v.exa. solicitar, podemos trazer...

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Faço essa solicitação a v.exa., nobre presidente, e com a compreensão dos companheiros peço que o coloque em votação em segundo turno. E em seguida, se v.exa. pudesse colocar em votação a redação final, eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Lício Mauro da Silveira.

Vou passar para os requerimentos e logo após voltaremos ao seu projeto.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0269/2010, de autoria do deputado Décio Góes, e 0270/2010, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, conforme determina o Regimento Interno.

A Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0659/2010, 0660/2010, 0661/2010, 0662/2010, 0663/2010, 0664/2010, 0665/2010, 0666/2010, 0667/2010, 0668/2010 e 0669/2010, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 0670/2010, de

autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0672/2010, de autoria do deputado Edison Andriano; e 0673/2010, de autoria do deputado Décio Góes.

Requerimento n. 0671/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República, aos ministros da Agricultura e da Fazenda e ao Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo a adoção de medidas protecionistas para defender a existência de comércio justo e leal entre a Argentina e o Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0074/2010, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de Turismo, solicitando informações referentes ao *show* internacional do maestro Andrea Bocelli - Natal 2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0075/2010, de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos municípios beneficiados pelo Prodec.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0674/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, parabenizando-o pela posse no cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0675/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fiesc, cumprimentando-o pelos 60 anos da fundação daquela instituição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Atendendo ao pedido do deputado Lício Mauro da Silveira, vou colocar em discussão e votação o projeto de sua autoria.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0136/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, que altera a Lei n. 10.568, de 7 de novembro de 1997, denominando Nova Trento como a Capital Catarinense do Turismo Religioso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Décio Góes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu e o deputado Dieter Janssen estamos fazendo um conjunto de perguntas e gostaríamos que o governo respondesse, com brevidade, sobre a questão do Prodec e dos municípios, porque há um conjunto de leis tão complexo e uma cruz com a outra que não temos como saber direito como é que vai resultar a distribuição para os municípios. Há uma dificuldade muito grande para os municípios saberem.

Eu, quando fui prefeito, entrei com uma ação contra isso, pois entendo que a parte do município deve ser entregue a ele porque senão vai para SC Parcerias e o município não vê a sua parte.

O governo do estado mandou para cá a Medida Provisória n. 0163, que obriga os municípios, para serem cadastrados no Prodec, para receber algum incentivo a empresa que vai se instalar lá naquele município, a desistir de suas ações e de seus direitos, deputado Silvio Dreveck. Essa medida fere até a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois como um prefeito vai desistir dos direitos que o município tem para credenciar uma empresa em seu território? Olhem a pressão que o prefeito vai sofrer se aprovarmos essa medida provisória como está.

Paralelamente a isso, o governo fez um acordo com a Fecam pelo qual os municípios abrem mão de grande parte dos valores a que tinham direito por decisão judicial, para receber o resto em várias vezes.

Então, é muita pressão em cima dos municípios. É uma injustiça! Todos aqui dizem que é preciso dividir melhor os recursos entre os estados, os municípios e a união, mas...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 11h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 11h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Dado Cherm - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Elogia as providências do governador para ajudar os municípios atingidos pelas enxurradas; anuncia intenção de enviar esforços para instalar serviços de Urologia em hospital da Grande Florianópolis.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Crítica a reforma paralela dos vários hospitais da capital.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Afirma que o deputado Serafim Venzon desconhece o que ocorre em Brusque; pede valorização do profissional de saúde.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Diz que apresentará pedido de informação para esclarecimentos sobre a reforma dos hospitais.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Ressalta difícil situação da área da saúde em SC.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Informa que a recuperação da ponte Hercílio Luz não será paralisada; comunica que a comissão de Educação está aguardando a vinda do secretário para falar da terceirização da merenda escolar; comunica que está próxima a solução do caso dos servidores da Saúde e que os demais segmentos serão atendidos oportunamente.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Cobra o pagamento de crédito de ICMS à Busscar; fala da criação de Frente Parlamentar Antidrogas.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Coloca-se à disposição para trabalhar no combate à droga.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Condena o decreto que trata da substituição tributária; crítica o desgoverno do Executivo estadual.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Mostra indignação com a edição do decreto que estabelece a substituição tributária.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Defende o governo do estado.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Coloca-se à disposição para trabalhar na frente de combate às drogas; aborda audiência pública a ser realizada em Jaraguá do Sul; dá conta de reivindicação de Barra Velha.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Comenta a realização dos Jasti e do Fórum Internacional do Desporto; ressalta a importância dos fundos.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Elogia a atuação do deputado Gilmar Knaesel na secretaria de Turismo, Esporte e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0136/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero, de pronto, cumprimentar o governador Leonel Pavan que, tendo tomado conhecimento de inúmeras avarias que as chuvas estão causando, principalmente no sul do estado, já foi a Brasília e incluiu na sua agenda um pedido de apoio especial ao ministério da Integração e à Defesa Civil a Santa Catarina, a fim de aumentar a cota existente de R\$ 10 milhões, para atender às inúmeras emergências que decorreram dessas enchentes.

Em Brusque, apesar de todo o dinheiro que o governador já liberou, passa de R\$ 4 milhões ou R\$ 5 milhões o valor liberado, destinado para a Defesa Civil, ainda há umas 400 ou 500 casas que não estão habitadas por causa da queda de barreiras. Inclusive hoje, ao falar com o diretor da Defesa Civil de Brusque e com o major Emerim, chegamos à conclusão de que devemos articular no sentido de liberar mais algum dinheiro para a nossa cidade e para Guabiruba, pois muita gente ainda não conseguiu voltar para casa desde 2008, por conta das barreiras que estão atrás ou dentro das casas.

Então, saudamos aqui o governador que de pronto foi a Brasília buscar mais dinheiro para somar com os recursos estaduais. O estado está usando todos os recursos que tem, seja na Infraestrutura, na Saúde, na Educação, enfim, em cada setor que constitucionalmente é obrigado colocar, naturalmente que isso será feito.

Este é o ano da saúde do homem. Estatisticamente, a mulher vive mais do que o homem pelo fato de que ela se previne melhor, ou mais, do que o homem. A primeira prevenção é com relação à alimentação. Normalmente, vemos muito mais homens obesos, com excesso de peso, por conta de, na hora da alimentação, cometerem exageros. A mulher normalmente se policia mais na hora das refeições. Enfim, ela se policia mais num conjunto de ações. E cito o hábito de fumar, por exemplo. Hoje, infelizmente, muitas mulheres fumam, mas há muito mais homens fumantes.

Mas com relação a inúmeros outros hábitos o homem, infelizmente, não dá a importância devida e, ao final, estatisticamente, a mulher acaba tendo uma sobrevida de até sete anos a mais do que os homens. Quando vamos aos clubes de idosos, é difícil encontrar homens para formarem par com as mulheres para dançar. Geralmente, nas terças, quartas e quintas-feiras, praticamente em todos os bairros das cidades, existe o entretenimento para a terceira idade. As prefeituras organizam muito bem isso. E o difícil, como eu dizia, é achar um par para tantas mulheres! Há muito mais viúvas do que viúvos!

Este é o ano da saúde do homem. Eu estive numa audiência, nesta semana, com o dr. Roberto Hess, e hoje terei outra com o dr. Libório Soncini, diretor do setor de hospitais públicos de Santa Catarina. E ele dizia que o Hospital

Florianópolis, que atendia a um grande número de pacientes, está em reforma. No Hospital Celso Ramos uma parte não está funcionando e agora a outra parte também entrará em reforma. O Hospital Regional de São José possui um problema de gestão, imagino eu, e não está funcionando com toda a capacidade que tem. Existe lá algum gargalo importante, porque se vê pessoas nos corredores, nas macas, nas poltronas. Há dias em que se encontra gente disputando um lugar para colocar um colchonete e deitar no corredor. Em alguns momentos, encontra-se alguém contente por estar deitado. E ele está contente porque havia passado lá dois ou três dias na espera de um espaço para colocar o colchonete. Fora aqueles que estão nas macas e nas poltronas. E, se formos ver, há seis ou sete salas de cirurgia, mas apenas três estão funcionando, e em ritmo de tartaruga.

Eu estava levando o pedido ao dr. Libório Soncini para que instale naquele hospital um serviço de Urologia. Existe disponibilidade, há um grupo de médicos que quer fazer isso, existe área no hospital, há salas de cirurgia fechadas, paradas, e nós vamos fazer o que for preciso junto ao governador para adquirir algo que possa estar faltando, ou até mesmo para vencer a parte burocrática o mais rapidamente possível. E certamente teremos a aprovação desta Casa.

Nós muito falamos em câncer de próstata, e eu, como urologista, posso dizer que há mais de 200 urologistas em Santa Catarina. E cada um desses médicos encontra, por semana, um paciente, com menos de 55 anos, com câncer de próstata. São 200, 300, 400 pacientes por semana em Santa Catarina diagnosticados com câncer de próstata e que se fossem operados seriam curados e teriam uma sobrevida de mais 30 ou 40 anos como se não tivessem tido a doença. No entanto, sequer se consegue comprovar a suspeita com a biópsia de próstata. Não sei se mandando o material para o Paraná ou o Rio Grande do Sul dá para fazer a biópsia, mas em Santa Catarina não existe lugar nenhum onde se possa fazer a biópsia de próstata pelo SUS! A única alternativa que há é pedir a benevolência de alguns para diminuir um pouco os preços. Ao invés de pagar R\$ 1.200,00, pagar R\$ 600,00 para que o paciente consiga fazer a biópsia. E não é só tirar um pedacinho da próstata, porque depois é preciso examiná-los. São seis ou sete fragmentos que precisam ser analisados e cada um tem um custo de R\$ 70,00 ou R\$ 80,00. Quer dizer, ele paga para a equipe médica de R\$ 300,00 a R\$ 350,00 e mais R\$ 500,00 ou R\$ 600,00 para fazer a análise. Portanto, já foram quase R\$ 1.000,00.

Não existe, sr. presidente, lugar nenhum onde um paciente pobre, em Santa Catarina, que não tenha esse dinheiro, mas que tem a chance de sobreviver, se for comprovado o câncer de próstata para daí proceder à cirurgia, possa fazer a biópsia de próstata pelo SUS, infelizmente.

Então, estamos pedindo encarecidamente ao dr. Roberto Hess e ao dr. Libório Soncini que instalem no Hospital Regional um serviço de Urologia para poder atender a essas pessoas.

Eu gostaria de conceder apartes ao deputado Sargento Amauri Soares e à deputada Ana Paula Lima, que vejo que me querem apartear, e por isso peço ao presidente que me conceda

mais um minuto, pois o meu tempo está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu concedo apenas mais 30 segundos para v.exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente. Quero agradecer a oportunidade e enfatizar esse pedido para implantar um serviço de Urologia em um dos hospitais públicos de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero associar-me ao pleito do deputado Serafim Venzon e parabenizá-lo por ter dito aqui aquilo que tenho falado. O Hospital Florianópolis está fechado; estão fechando a Emergência do Hospital Celso Ramos também, assim como o Centro Cirúrgico do Hospital Regional de São José. O que é a população vai fazer quando precisar do atendimento?

Parece-me que s.exa. poderia conversar com as autoridades da área da Saúde, com as quais tem boa relação, para, pelo menos, planejar essas reformas e não fazer tudo numa única vez, porque estamos sacrificando a população a partir do momento em que fica todo mundo sem o atendimento em virtude dessas obras paralelas.

Parece-me que, há seis ou cinco meses de uma eleição, deputado Moacir Sopelsa, é ainda mais absurdo fazer a reforma de todos os...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de ter dado um aparte ao deputado Serafim Venzon para dizer que, com referência ao município de Brusque, estive na semana passada naquele município, junto ao prefeito Paulo Eccel, para tratar do Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal. E quero dizer que começaram as construções das casas em Brusque e seria bom o deputado Serafim Venzon inteirar-se sobre o que está acontecendo no município em que ele reside.

Também gostaria de dar os parabéns ao deputado Serafim Venzon por trazer o tema da saúde, porque é um assunto preocupante. E já que ele faz parte do governo e é amigo do governador Leonel Pavan, gostaria de pedir-lhe que resolva essa problemática de uma vez por todas, para melhorar o atendimento à população catarinense e para valorizar os profissionais de saúde, coisa que o governo do estado ainda não fez.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu acho que caberia até, deputado Décio Góes, pelo pronunciamento do deputado Serafim Venzon, encaminhar um pedido de informação a secretaria da Saúde, pedindo esclarecimentos com relação às reformas previstas nos hospitais nesse período. Queremos saber quais os prazos para conclusão das reformas e quais os leitos disponíveis no estado de Santa Catarina, principalmente de UTI.

Antes das reformas já estávamos vivendo um caos na saúde pública em Santa Catarina. Há um colega meu, da cidade de Chapecó, que ficou 40 dias hospitalizado no

Hospital Governador Celso Ramos porque não havia leito de UTI para fazer a cirurgia. Durante 40 dias uma pessoa ficou internada! E são recursos do SUS!

Então, não há como! A gestão da saúde pública em Santa Catarina é de sofrimento, de gasto sem resolutividade.

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) (Faz soar a campainha) - Concedo mais 30 segundos a v.exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - E quem está reclamando da Saúde? Não é a Oposição, mas o deputado Serafim Venzon, do PSDB, que comandou a secretaria da Saúde durante os últimos sete anos.

Então, o PSDB está igual ao DEM, que diz que não participou do governo. Só sei que eles estão há 20 anos no governo do estado e no período eleitoral dizem que não eram governo e que Santa Catarina tem pressa.

Vamos, portanto, fazer um pedido de informação sobre essa reforma, questionando quando vai ser concluída, para que o povo de Santa Catarina possa ser atendido adequadamente.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Eu quero também me somar aos demais deputados e parabenizar o deputado Serafim Venzon pelo depoimento. Ele reconhece a situação crítica da saúde em Santa Catarina, que vai-se agravar ainda mais com essas reformas paralelas. Além do que, a Urologia é uma especialidade na qual há uma carência muito grande de atendimento.

Então, ele abriu o seu coração para reconhecer essa situação e o seu depoimento foi muito importante. Espero que o seu pleito seja levado ao governador Leonel Pavan para que ele tome conhecimento da situação em que se encontra o estado de Santa Catarina na área da saúde, que é extremamente preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valdir Cobalchini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, quero saudar o deputado Décio Góes e os demais deputados aqui presentes e dizer-lhes que ouvi, pela manhã, uma manifestação com relação à paralisação das obras de recuperação da ponte Hercílio Luz, que é um símbolo de Santa Catarina. E não é apenas um símbolo arquitetônico, tem a ver com a autoestima do catarinense, que a vê como um valor inestimável para o nosso patrimônio histórico e artístico.

Eu fiz contato com o presidente do Deinfra, o engenheiro Romualdo França, que me disse que no atual governo já foram investidos R\$ 46 milhões na recuperação da ponte e que a previsão para a sua conclusão e entrega à comunidade florianopolitana é para o primeiro semestre do ano que vem, o que é uma notícia, sem dúvida alguma, que todo o estado e grande parte do país aguardavam. E há poucos dias, na coluna do renomado jornalista Moacir Pereira, li sobre a sua preocupação em relação à conclusão dessa obra.

Então, quero aqui, além de fazer a defesa do atual governo e do presidente do Deinfra, também comunicar a esta Casa e a Santa Catarina que as obras estão acontecendo e não vai haver paralisação. É claro que o fluxo financeiro sempre é um problema, já que não temos nenhuma fonte de financiamento, são recursos próprios do Tesouro do Estado, da fonte 100, e concorre com outros investimentos. Todavia, essa é uma obra prioritária para Santa Catarina e não apenas para Florianópolis.

Há outro assunto que me traz à tribuna, presidente Dagomar Carneiro. Ouvi, atenta e especialmente, o pronunciamento do deputado Pedro Uczai, que abordou um assunto importante: a questão da terceirização da merenda escolar.

Eu, como membro da comissão da Educação, e o deputado Pedro Uczai, como presidente dessa comissão, expedimos um convite ao secretário Silvestre Heerdts para que venha à comissão prestar informações sobre esse processo. E estamos aguardando, deputada Ana Paula Lima e deputado Décio Góes, a informação da data em que o secretário de Educação estará conosco para fornecer as informações que, e eu quero aqui também confessar - interessam-me bastante não apenas como membro da comissão de Educação, mas pela afinidade que tenho com essa área, por ter sido secretário de Desenvolvimento Regional e acompanhado muito de perto todo o processo educacional. Eu sei que esse assunto interessa a todos e aguardamos os esclarecimentos do secretário.

Por outro lado, deputada Ana Paula Lima, sobre a questão da saúde, quero dizer que estive com o secretário Paulo Eli, deputado Dieter Janssen, na última terça-feira, buscando um entendimento com os servidores da Saúde. Posso dizer que está muito adiantado o entendimento da incorporação do abono concedido de 16,67%, cuja segunda parcela será creditada na folha deste mês. A partir daí o governo - e já há um estudo adiantado - manifesta-se no sentido da incorporação. Isso representa cerca de R\$ 30 milhões anuais, além daquilo que já despendeu com o abono, mas certamente a incorporação passa para a vida do servidor e tem um significado muito importante, pois cada servidor poderá levá-la consigo para a aposentadoria, além da incidência mensal que tem sobre a vida de cada um.

Então, nós estamos trabalhando para que essa notícia possa ser dada, até para compensar a medida provisória que o governo retirou desta Casa, em função da exclusão de setores.

Eu quero, mais uma vez, manifestar-me em relação aos funcionários que foram excluídos da medida provisória. Eu considero, e considero, um equívoco do governo o envio dessa medida provisória e um acerto a decisão de retirá-la em função da exclusão de parte dos servidores da Saúde.

Vejo aqui persistentes servidoras que integram a Procuradoria-Geral do Estado, a secretaria da Administração e o Iprev, que buscam, legitimamente, através da emenda apresentada pelo deputado Jorginho Mello, gratificações cujos pedidos já foram encaminhados ao Centro Administrativo. Todos esses pleitos estão tramitando e eu também fiz referência a isso. Aliás, estive numa reunião com o secretário Paulo Eli, no sentido de fazer com que não se frustrasse essa expectativa, porque acho os pedidos justos.

É necessário que tenhamos responsabilidade quando falamos em estender gratificações. Muitas vezes ainda não se tem a repercussão financeira daquilo. Nós, por havermos passado pela secretaria de Coordenação e Articulação, sempre tivemos esse cuidado. Mas quando um projeto é encaminhado para esta Casa, o governo sabe que pode honrar o compromisso que está assumindo, porque já tem a repercussão financeira. Já sabe o quanto vai comprometer a folha de pagamento e que não vai passar do limite prudencial.

Com relação aos pleitos que estão ainda pendentes, além dos três órgãos que citei, há ainda os do Inmetro, da Junta Comercial e do Porto de São Francisco do Sul, além de outros que possam ter sido encaminhados tardiamente. O governo não teve o tempo necessário para fazer um estudo mais aprofundado, deputado Dieter Janssen, nem condição de encaminhar a esta Casa esses projetos, por não terem ainda

concluído, na secretaria da Administração e da Fazenda, no grupo gestor, enfim, os estudos para aquilatar a repercussão financeira que vão gerar. Mas há um compromisso do governo em relação a todos esses projetos e cessado o impedimento de ordem legal em função da Lei n. 9.504 - que é a lei que disciplina as eleições e, por conta dela, 180 dias antes das eleições não se pode encaminhar nenhum projeto que ofereça vantagens a qualquer servidor -, o governo assume o compromisso de encaminhar a esta Casa todos esses projetos.

Quanto às emendas que foram aqui apresentadas, que geraram uma expectativa nos servidores, que têm vindo a esta Casa todos os dias, estamos buscando junto à secretaria da Administração uma alternativa, uma saída, deputado Kennedy Nunes, para não frustrar mais os servidores que vêm, ao longo dos anos, dedicando-se ao serviço público. Todos eles são importantes, independentemente do órgão a que servem e acho justo que busquem sempre uma melhoria na sua condição de vida através de um salário justo.

Assim, sr. presidente, minha postura nesta Casa será sempre de brigar no sentido da isonomia, da justiça, de que nenhum servidor seja privilegiado em detrimento de outros. Se for concedido benefício a um, os outros também têm direito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o deputado Kennedy Nunes, representante da região de Joinville, a quem concedemos a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, venho falar de dois assuntos muito importantes. Um deles está relacionado à nossa cidade, à economia deste estado, à Busscar, que tem sede em Joinville e que já conseguiu judicialmente, inclusive já transitou em julgado, um crédito de IPI no valor de R\$ 610 milhões, ou seja, o governo federal deve à empresa a quantia citada.

Voltando no tempo, desde 1978 existia um crédito para exportação, as empresas recebiam o crédito. Contudo, de 1992 para cá não foi mais repassado esse crédito. A Busscar entrou na Justiça e teve ganho de causa em todas as instâncias, inclusive no Supremo Tribunal Federal. A Receita Federal, inclusive, perdeu o prazo para recorrer da decisão. Sendo assim, agora não existe mais possibilidade jurídica de o governo negar a dívida com a Busscar de R\$ 610 milhões de crédito de IPI.

Catarinenses, a Busscar representa, hoje, em Joinville, quatro mil empregos diretos! Ela, com certeza tem uma importância muito grande, pois a marca Busscar, antiga Nielsen, é muito forte.

Em vista disso, nós, da classe política de Joinville, queremos e estamos todos envolvidos - e agora estendo isso aos demais deputados de Santa Catarina - na confecção de um grande abaixo-assinado. Eu, por exemplo, rapidamente já consegui a assinatura de 14 deputados. A esse abaixo-assinado serão anexadas as mais de 60 mil assinaturas que já foram recolhidas em Joinville e em Rio Negrinho, onde há uma filial da empresa, e será levado ao presidente Lula, a fim de que consigamos uma definição de como vai ser o pagamento: vai ser através de precatório? Vai ser parcelado? Ou vai ser à vista? Os funcionários da Busscar, a sociedade de Joinville e de Rio Negrinho estão esperando por essa resposta do presidente Lula.

Tenho certeza de que a senadora Ideli Salvatti, o deputado Cláudio Vignatti e o deputado José Carlos Vieira, que estão à frente dessa batalha para conseguir essa audiência com o presidente Lula, terão sucesso e brevemente o abaixo-assinado será entregue e esse dinheiro será repassado.

Mas o meu segundo assunto, nesta manhã, relaciona-se a uma bandeira que estou levantando. Gostaria que os amigos parlamentares e a própria sociedade segurassem comigo a bandeira antidroga. Por isso, estou propondo a criação de uma Frente Parlamentar Antidrogas e na outra semana estarei colhendo assinaturas para que possamos implantá-la, no sentido de que o assunto seja discutido junto à sociedade, a fim de que, juntamente com o governo do estado, implantemos uma política pública de combate às drogas.

Quando se fala em combate à droga, não nos referimos apenas à repressão. Inclusive, na *Folha de S. Paulo*, na edição de ontem, a jornalista Andrea Murta, correspondente em Washington, publica uma matéria muito interessante com relação a essa questão, falando sobre a nova política contra as drogas nos Estados Unidos, que alia prevenção à repressão. O próprio presidente Obama diz que não dá mais para falar em guerra contra as drogas, pois o governo deve ver a questão como um problema de saúde e de segurança públicas.

É aquilo que venho dizendo há tempos. Antigamente a droga era tida como um problema dos desocupados, depois uma guerra e agora nasce a perspectiva de vê-la como um problema de saúde pública e de segurança pública.

Os Estados Unidos implantou um programa nacional de combate à droga, que vai da repressão à prevenção. A prevenção é feita através do financiamento de projetos comunitários e campanhas antidrogas nacionais para jovens. No tocante ao tratamento, há o desenvolvimento de novos medicamentos e tratamentos baseados em resultados. Já a ação contra a produção e o tráfico, prevê o apoio à Polícia e à Justiça também no combate ao tráfico de armas. Com relação à América Latina, o plano especifica a cooperação internacional, as ações conjuntas de inteligência e repressão contra organizações internacionais de tráfico de drogas.

É esse o objetivo desse plano que foi lançado nos Estados Unidos e que nós precisamos começar a discutir aqui.

Prendem os americanos reduzir, em cinco anos, o índice do uso de drogas por jovens em 15%; reduzir em 10% o uso de drogas por jovens adultos; reduzir em 15% o número de usuários crônicos; reduzir as mortes causadas por drogas em 15%. Essa é a previsão para cinco anos.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, e quero cumprimentar v.exa. por este pronunciamento, pois não é a primeira vez que o vejo tratando de um assunto tão grave.

Há pouco, enquanto descia para o plenário, estava tratando exatamente desse assunto e buscando formular uma proposta de política pública e de plano de combate às drogas para Santa Catarina, porque não é mais possível assistirmos na televisão e lermos nos jornais sobre esse problema passivamente, tanto na condição de deputado, como na condição de cidadão que tem um mínimo de informação. Precisamos fazer alguma coisa de forma efetiva, e aí a sua sugestão vem em boa hora, vem ao encontro do momento.

Com relação à formulação do projeto, até chamei um procurador do estado para auxiliá-lo quanto à questão legal, para que o estado, através das secretarias da Educação, da Saúde e da Segurança Pública, utilizando seus próprios orçamentos, destine recursos para isso.

Não se combate a droga apenas com campanha, apenas com discurso, apenas com vontade, é preciso dinheiro. Que o estado, de forma integrada, de forma multidisciplinar, envolva

os seus órgãos, as secretarias da Saúde, da Educação, da Segurança Pública e do Desenvolvimento Social, para num esforço conjunto, incluindo esta Casa, os órgãos de comunicação, as famílias, a sociedade catarinense, estancarmos, diminuirmos o problema. É claro que eliminar é um sonho. Que bom seria se pudéssemos eliminar esse câncer da sociedade, porque a cada dia ele se agrava, deputado Kennedy Nunes.

Então, quero cumprimentá-lo e somar-me a v.exa. nesse esforço que esta Casa deve desenvolver a partir de agora.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero, desde já, convidá-lo a participar dessa frente parlamentar que pretendemos criar nesta Casa.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Muito obrigado, convite aceito.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aproveito também para convidar o deputado Dieter Janssen e a deputada Angela Albino.

Daqui a pouco estarei com o governador Leonel Pavan para levar-lhe essa indicação e todo o processo, além de pedir que o governo invista dinheiro nessa questão, construindo clínicas públicas para reabilitação de jovens viciados e sendo parceiro das entidades que já trabalham na área.

Existem, em Santa Catarina, deputada Angela Albino, três mil leitos em centros de recuperação de entidades não-governamentais. Como eu disse, deputado Dagomar Carneiro, que preside esta sessão, é muito mais barato o governo investir num leito de recuperação, porque muito provavelmente o viciado não recuperado é o ocupante de uma vaga na cadeia amanhã. Por isso vamos levantar essa bandeira!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, inscrita para falar a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, funcionários desta Casa, bom-dia!

Gostaria de agradecer a presença e cumprimentar o sr. Ercílio Santinoni, presidente da Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa; o sr. Wilson Souza, do Instituto Catarinense de Desenvolvimento e Defesa Empresarial; o sr. Haroldo Neitz e a sra. Sueli Fritsche, da Ampe.

Deputado Décio Góes, também quero colocar a mesma preocupação que v.exa. colocava aos nossos visitantes, que vão-nos acompanhar agora no almoço. Inclusive, esse foi também o tema de debate, hoje, no café da manhã, com a nossa senadora Ideli Salvatti e também com o deputado federal Cláudio Vignatti, da bancada do Partido dos Trabalhadores. Trata-se do decreto que trata da substituição tributária, que está tramitando nesta Casa.

Trago essa preocupação também para a confederação, para a Ampe, para o Incade, para que todos os pequenos e microempresários estejam atentos a esse decreto do governador do estado.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputada Ana Paula Lima, já tive a oportunidade de comentar isso, pela manhã, no horário destinado aos Partidos Políticos, porque nos impressionou muito o que nos foi colocado na audiência pública realizada ontem, com a presença de mais de 600 pequenos e microempresários de todo o estado de Santa Catarina, contadores, contabilistas e vários

profissionais que prestam serviços a essas categorias.

Eles estão indignados com o Decreto n. 3.174, de 15 de abril de 2010, editado pelo governador Leonel Pavan, que passou a vigorar no dia 1º de maio sem nenhum debate com o setor, sem nenhum treinamento ou capacitação. Ora, dos mais de 1.000 novos produtos que entram no sistema de compensação, na substituição tributária, cada produto possui uma alíquota diferente. Isso dá uma burocracia imensa, além de, indiretamente, ser um aumento tributário, já que aumenta o recolhimento do ICMS e fere a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O estado de Santa Catarina está ficando campeão em ferir a lei federal! É uma coisa incrível!

Então, isso tudo nos deixa indignado. A nossa bancada está à disposição do setor, dos pequenos e microempresários de Santa Catarina, para ajudar nesse embate, nesse debate. E aproveitamos para agradecer a visita dessas pessoas que também estão preocupadas com a situação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Deputado Décio Góes, os micro e pequenos empresários lutaram anos no Congresso Nacional pela Lei Geral e esse decreto do governador do PSDB fere a lei e cria mais tributos e mais burocracia para esse setor tão importante para o estado de Santa Catarina e para o Brasil.

Nós queremos debater com os empresários para que isso não aconteça, a exemplo do que vem acontecendo, deputado Décio Góes, nos estados de São Paulo, do Mato Grosso do Sul e outros, que realmente estão sofrendo com esse decreto editado pelo governador Leonel Pavan.

Falo isso também, deputado Décio Góes e deputado Valdir Cobalchini, porque no governo está uma confusão! Uma confusão, deputado Serafim Venzon, v.exa. que é do partido do governador! E o que mais me entristece, deputado Valdir Cobalchini, é a enganação que estão fazendo com os servidores públicos do estado de Santa Catarina.

Deputado Décio Góes, deputada Angela Albino, nunca houve a participação de tantos servidores públicos dos diversos setores nesta Casa. O governo do estado, deputado Valdir Cobalchini, fez uma confusão tão grande com os servidores públicos, que beneficiou alguns e não beneficiou outros.

V.Exa. mencionou que amanhã teremos uma audiência com o secretário da Administração, Paulo Eli, para corrigir um problema que o governo criou, que é a questão do desrespeito aos funcionários da secretaria de estado da Saúde.

Hoje não sabemos, deputada Angela Albino, quem é governo, quem é oposição. Os únicos partidos que são oposição aqui são o Partido dos Trabalhadores e o PCdoB. O restante, deputado Valdir Cobalchini, foi governo durante sete anos. V.Exa. há de convir comigo que eles foram governo durante sete anos e agora se estabelece essa confusão na votação das medidas provisórias.

Eu acredito que o ex-governador Luiz Henrique deve estar de cabelo em pé, se restar algum cabelo a ele, porque os democratas, que ficaram sete anos ocupando cargos comissionados, agora não são mais governo! São o quê, então? Estão fazendo campanha para outro candidato, mas durante sete anos estiveram no governo.

O deputado Jorginho Mello, que é do PSDB, tinha que vir para cá defender a emenda que apresentou à MPV n. 0170, mas não apareceu! Mas todos os servidores que estiveram aqui ontem e hoje estão querendo uma resposta sobre a Medida Provisória n. 0170.

O PMDB também não sabe se tem o líder do governo, que agora é do PSDB. Então, está uma confusão e não sabemos mais quem é quem.

Foram esses que administraram o estado de Santa Catarina durante sete anos. E muitos deles ficaram durante anos no governo - 20, 30, 50 anos - e agora querem dizer que vão mudar! O PP já foi governo, o PFL, que agora mudou o nome para DEM, já foi governo com o sr. Jorge Bornhausen como governador biônico, inclusive, do nosso estado, época em que mandou bater nos estudantes durante a Novembrada. Não se esqueçam disso! O PMDB já foi governo: com Paulo Afonso e com Luiz Henrique. Já foi governo várias vezes. E o PSDB agora é governo! Então, essa políalíança não sabe para que lado corre.

Por isso, entendo, deputado Valdir Cobalchini, que o Partido dos Trabalhadores é que vai fazer a diferença. Durante sete anos falamos desta tribuna sobre melhoria salarial para os servidores públicos estaduais. Não em gratificação, mas em melhoria salarial. Durante sete anos estamos aqui orientando o governo e dizendo que a Saúde no estado de Santa Catarina vai de mal a pior. Agora o deputado Serafim Venzon vem aqui dizer que está ruim. Ele, que é governo!

Durante sete anos e quatro meses falamos sobre a Segurança Pública, que o estado de Santa Catarina está vivendo um estado de insegurança. V.Exa. pode pesquisar, em qualquer município, que as pessoas estão prisioneiras nas próprias casas, nas próprias residências!

Então, deputado Valdir Cobalchini, quero dizer que o governo está confuso, está fazendo um desgoverno.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O PMDB tem uma história de muitos anos de valorização do servidor público. Nos últimos quatro anos do governo de Luiz Henrique e Leonel Pavan houve uma correção de 60%, os números já foram aqui apresentados, bem mais do que o dobro do aumento da folha!

Claro que existem problemas, não é o governo da perfeição, mas houve avanços em Santa Catarina, e v.exa., que é da área da saúde, sabe disso. O secretário Dado Cherem fez muitas coisas boas, como a instalação de equipamentos que antes não existiam em hospitais do interior do estado, novas formas de tratamento, evitando que muitos viessem para a capital. Mas sempre há o que fazer, e concordo que é preciso melhorar.

Com relação à Segurança Pública, para concluir, quero dizer que Santa Catarina é um estado modelo no país. E não tem vindo alguns recursos para a Segurança Pública em função de o estado apresentar os menores índices de criminalidade do país.

Concluindo e agradecendo, só precisamos de mais tempo para conversar, quero cumprimentá-la e dizer que a nossa preocupação é melhorar tanto a vida dos servidores quanto a vida dos catarinenses.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Mas não fui eu que falei da Saúde, deputado Valdir Cobalchini, foi o deputado Serafim Venzon que disse que está ruim, ele que é governo!

Quanto à Segurança Pública, v.exa. tem que sair nas ruas. Só na cidade de Blumenau ocorreram 17 homicídios. Pode pesquisar. Nós estamos vivendo um estado de insegurança. As mulheres no estado de Santa Catarina estão sendo assassinadas. Olhe as estatísticas. Tivemos dois exemplos esta semana: uma mulher que foi morta em Chapecó e outra que foi morta a marteladas, em Joaçaba. Isso é segurança? Este é um estado de insegurança. Os índices, que de repente v.exa. não conhece, são daqueles boletins de ocorrência que estão dentro das gavetas e que não estão sendo investigados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, retorno à tribuna no dia de hoje para falar sobre um pleito do município de Barra Velha, mas antes gostaria de dizer, completando o assunto do deputado Kennedy Nunes sobre a frente parlamentar para o combate às drogas, que já nos colocamos de imediato à disposição. Quando chegamos a esta Casa reforçamos a questão da infraestrutura e levantamos a bandeira da segurança pública.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, gostaria de comentar uma experiência particular vivida em Jaraguá do Sul. No escritório onde trabalho, no centro da cidade, tenho que, senão diariamente, periodicamente, entre 7h30 e 7h45, antes de abrir a porta retirar as latinhas que são utilizadas para o consumo do crack. Um dia trarei a esta Casa para mostrar essas latinhas, estou com elas no carro da Assembleia Legislativa. São três de um final de semana: uma no sábado de manhã e duas na segunda-feira de manhã. As latinhas são amassadas para fazer um charuto e ali é consumido o crack.

É muito triste ver pessoas, a maioria jovens, envolvidas com drogas, inclusive a deputada Ana Paula Lima acabou de falar sobre esse assunto e tenho certeza de que a maioria dos casos que envolvem esses assuntos com relação a assaltos, roubos e mortes está ligada às drogas.

E há outra situação também vivenciada por este deputado. Há meio ano, numa segunda-feira de manhã, com chuva, em Jaraguá do Sul, quando fui com um vizinho a uma casa que estava em processo de demolição, vimos, num desses cantos que são mais procurados pelas pessoas que consomem drogas, dois jovens consumindo crack em plena luz do dia. Havia uma chama de fogo alta que entregava o lugar onde os jovens estavam.

Foi muito triste ver aqueles jovens ali, numa segunda-feira de manhã, numa cidade empreendedora, em que há empregos, empresas crescendo diariamente, perdendo-se na droga.

Então, se há alguma coisa que possamos fazer de positivo nesta Casa, com certeza uma é essa questão de deixarmos, nesse curto período que estamos aqui, a nossa contribuição nesse assunto, talvez não em curto prazo, a fim de sanarmos essa questão no estado de Santa Catarina e no Brasil. Quero contribuir muito com isso.

Inclusive ontem, falando com o presidente do Conseg de Jaraguá do Sul, Armandos Klabunde, decidimos realizar, na primeira quinzena do mês de junho, uma audiência pública para envolver todas as entidades e verificar de que maneira vamos trabalhar. Vou cuidar do nosso quintal, da nossa região, vamos fazer a nossa parte, para que pelo menos a nossa região tenha essas ações desenvolvidas. Vou, portanto, contribuir com essa frente parlamentar no período em que estiver aqui.

Temos que separar bem a questão do traficante e do jovem usuário, que precisa de tratamento. Por essa razão é que demos entrada nesta Casa com um projeto de apoio à Casa Padre Luiz Boeing e a outras entidades que fazem a reabilitação e a readequação dessas pessoas à sociedade. Quanto ao traficante, temos que trabalhar diferente, temos que fazer um trabalho forte com a polícia, enfrentarmos essa situação, a fim de que seja proibido o uso das drogas no estado de Santa Catarina.

Eu tive a felicidade de participar, há quatro, cinco meses, de uma palestra em Curitiba, no Teatro Positivo, com o ex-prefeito de Nova Lorque, Rudolph Giuliani, que teve como marca administrativa justamente o combate a esses

crimes, à insegurança pública na cidade de Nova Iorque. E uma atitude sua ficou gravada em minha mente e trago-a a esta Casa: a questão do combate aos pequenos crimes. A comunidade, diante de qualquer vitimização, como ele colocou, de qualquer arrombamento de carro, de qualquer situação, unia-se ao prefeito e passava a ajudar a polícia dando informações. Essa questão resolvida, partiram em busca dos crimes médios para chegar depois, com certeza, aos crimes maiores.

Então, foi uma palestra bastante importante, pois realmente a pessoa que vai fazer um pequeno roubo em um carro para pegar um aparelho de CD ou outra coisa está querendo vender para comprar crack. Assim sendo, estamos trabalhando nessa linha e para isso realizaremos essa audiência pública na nossa região, inserindo-nos nesse processo em todo o estado de Santa Catarina.

Aproveitando esse espaço, quero informar que tenho em mãos um ofício da Câmara de Vereadores de Barra Velha, que nos solicita que seja feito um trabalho na secretaria da Segurança Pública do estado de Santa Catarina. Já marcamos para a próxima semana uma visita à referida secretaria, com o coronel Fernando Rodrigues Mendes, que é nosso particular amigo, pois já trabalhamos juntos em Jaraguá do Sul, na realização de alguns eventos. Por isso iremos trabalhar para conseguir reforçar esse pleito de Barra Velha.

É uma reivindicação de toda a nossa região, mas hoje, especificamente, da cidade de Barra Velha, onde o vereador Fábio Roberto Brugnago nos solicita, em nome do presidente da Câmara Municipal, vereador Jair Irineu Bernardo, um reforço da Polícia Militar com relação ao número de efetivo naquele município.

Essas são as minhas colocações na data de hoje, ou seja, dois assuntos voltados à segurança pública. Nos próximos dias trarei a esta tribuna o andamento da audiência pública ocorrida em Jaraguá do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o último orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e toda a imprensa, primeiramente, quero fazer o registro da presença honrosa, em nosso meio, do eminente prefeito de Campo Erê, Odilson Vicente de Lima, mais conhecido como Nego Lima. Esse dinâmico prefeito tem buscado parcerias junto ao governo do estado, junto à União e tem feito naquela cidade um novo momento, um novo tempo.

Por isso, além de ser nosso particular amigo, gostaria de saudá-lo e fazer o registro da sua presença.

Mas quero, na verdade, fazer o registro de dois grandes eventos esportivos que estão acontecendo em nosso estado. O primeiro deles são os III Jogos Abertos da Melhor Idade, que estão ocorrendo na cidade de Barra Velha.

Esse evento, que foi criado à época em que éramos secretário de Turismo, Cultura e Esporte, juntamente com as 36 SDRs e com a Fesporte, tendo à frente Cacá Pavanello e toda a equipe de servidores, já se consolida, na sua terceira edição, como um dos maiores do gênero em nível de Brasil. Só para vexas. terem uma ideia, são seis mil atletas participando da fase regional, e na fase final, no município de Barra Velha, estarão presentes 1.200 atletas, dos 120 municípios representados.

Esse evento, ao se consolidar, dá oportunidade aos catarinenses da melhor idade de um encontro com o esporte e, ao mesmo tempo, serve de lazer, de movimentação turística, pois os

participantes se deslocam de todos os recantos do estado. A primeira edição foi realizada em Chapecó, a segunda, na cidade de Gravatal e agora a terceira, na cidade de Barra Velha.

Quero cumprimentar também o prefeito municipal de Barra Velha, sr. Samir Mattar, e toda a sua equipe, que deu apoio logístico e conseguiu organizar esse evento para receber tão bem os 1.200 atletas da melhor idade. Esse evento foi desenvolvido por nós, dentro da política do setor do governo Luiz Henrique/Leonel Pavan, que nos deu todo o apoio para a sua realização.

Acabamos de voltar da abertura do Fórum Internacional do Desporto, evento que é o maior do gênero no país e que se realiza em São José. Trata-se de uma oportunidade para os nossos profissionais da Educação Física, para os acadêmicos, para os gestores públicos ou privados, para os atletas e presidentes das federações esportivas participarem de um grande debate sobre as políticas de esporte no estado e sobre as políticas nacionais, porque temos, na verdade, grandes debatedores, pessoas com bagagem e conhecimento nacional e internacional.

Esse fórum está na sua nona edição e tivemos a oportunidade de consolidá-lo, como secretário, em oito edições. O primeiro foi realizado no mandato de outro governo, mas conseguimos consolidá-lo através do apoio do Fundesporte, da secretaria, da Fesporte, do Conselho Estadual de Desporto e do Tribunal de Justiça Esportiva.

Mas foi importante também a mudança que fizemos ao passar a organização desse evento para a Unesporte, que tem mais agilidade e assim deu mais qualidade ao evento. Portanto, a organização será feita através deste grande profissional de gestão pública e também ex-atleta, Adalir Pecos Borsatti, que hoje dirige essa entidade e está organizando esse novo fórum.

Quero cumprimentar também o prefeito Djalma Berger, que abriu um espaço para a realização desse fórum na sua cidade, na arena multiuso. E muitas pessoas da Grande Florianópolis não conhecem a arena multiuso de São José, mas ela tem as melhores condições para sediar não só fóruns e congressos, como também eventos esportivos.

Ainda, é claro, dentro da área do esporte, quero aproveitar para dizer que haverá mais um evento nacional ocorrendo nesse final de semana em Florianópolis, no novo kartódromo construído no norte da ilha, na região de Canasvieiras e Ingleses. O kartódromo abrigará o Campeonato Sul-Brasileiro de Kart, que tem mais de 120 pilotos já inscritos. Isso mostra a força do desporto catarinense através dos inúmeros eventos.

Mas não foram apenas os eventos nacionais e internacionais que conseguimos consolidar em nosso estado que marcaram. Achemos especialmente importante a organização de mais de 50 federações esportivas, mostrando que há diversidade esportiva no estado. Mais de 50 modalidades esportivas estão organizadas através de suas federações, o que mostra que deu certo o modelo catarinense de privilegiar atletas, equipes, fundações municipais, federações.

Mas há dois fatores fundamentais para que isso possa consolidar-se. O primeiro é o Plano de Desenvolvimento do Desporto, que a Assembleia Legislativa aprovou através de lei estadual, para que não fosse um plano apenas de um governo, mas um plano do estado, a fim de que, efetivamente, fosse a diretriz para o fortalecimento do desporto. E o segundo fator é o Fundesporte, o único neste modelo no país. Nenhum outro estado brasileiro possui uma lei de incentivo e de apoio ao desporto como Santa Catarina tem.

Além disso, a Assembleia Legislativa, deputado Dagomar Carneiro, foi fundamental para transformar o Fundesporte em lei, propiciando que

hoje ele seja modelo para o país e possibilite o investimento em infraestrutura, em capacitação, em qualificação, em eventos, em atletas e em equipes, tudo para fortalecer o esporte em Santa Catarina.

Portanto, a Assembleia - e fiz esse registro hoje pela manhã na abertura - é também uma parceira importante do desporto de Santa Catarina, por consolidar essas leis e possibilitar que haja um incentivo financeiro e também de políticas nesse setor.

Ao longo de sete anos, deputado Valdir Cobalchini, 15 arenas multiuso foram construídas, algumas em parceria com os municípios. Algumas, é claro, já estão num estado mais avançado, como na sua cidade, deputado Dagomar Carneiro, porque v.exa., como vice-prefeito à época, juntamente com o prefeito Ciro Rosa, consolidou a arena de Brusque. E posso ainda citar a arena de São José, de Concórdia, de Chapecó, de Itajaí e tantas outras que estão consolidadas em nosso estado para servir de base, de equipamento para podermos, efetivamente, ter um belo modelo esportivo.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Quero cumprimentá-lo, deputado Gilmar Knaesel, porque nesses últimos anos, com os fundos, v.exa. fez uma grande revolução.

Por falar em arenas, queremos dizer que está sendo construído um centro de multiuso em Caçador, inclusive com recursos do Fundesporte. Então, Santa Catarina experimenta tempos diferentes. E quero creditar-lhe uma grande parte disso e lembrar que tudo isso tem sido feito graças à existência dos fundos. V.Exa., como secretário, foi pioneiro. Quem vier daqui para frente terá uma tarefa muito mais fácil.

Então, parabéns pelo brilhante trabalho que desenvolveu à frente da secretaria.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Valdir Cobalchini. As suas palavras enchem-me ainda mais de motivação. Realmente tive a oportunidade, graças ao ex-governador Luiz Henrique, de contribuir, em função da minha experiência como parlamentar, da minha experiência como funcionário público na secretaria da Fazenda, de criar os fundos e com eles avançamos no turismo, no esporte e na cultura, como nenhum outro governo avançou.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Obrigado, deputado Gilmar Knaesel. Quero dar o testemunho de que realmente os fundos deram uma alavancada no turismo, no esporte e na cultura.

Parabéns, deputado, pelo trabalho feito à frente da secretaria.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que serão as seguintes matérias destinadas à pauta da Ordem do Dia da 43ª Sessão Ordinária, a ser realizada em 25 de maio de 2010:

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.s.: 0137/2010 e 0335/2009;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0081/2010.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para o dia 20, quinta-feira, às 19h, em homenagem aos 45 anos da Udesc.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 313, de 19 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, matrícula nº 6316, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Suporte Agenda de Atividades - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 17 de maio de 2010 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 314, de 19 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **ROBERSON DORNBUSCH**, matrícula nº 1704, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de maio de 2010 (Gabinete do Deputado Valdir Cobalchini).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 315, de 19 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 4º da Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009, fica estabelecido o número de servidores necessários ao desempenho de atividade classificada na forma do artigo 3º: penosa, insalubre ou com risco de morte, conforme segue:

1. *Coordenadoria de Documentação/Gerência do Centro de Memória* - 05 vagas no grau mínimo.
Obs.: Atividades burocráticas administrativas não tem direito.
2. *Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos* - 09 vagas no grau médio, exclusivamente na sala de máquinas.
3. *Coordenadoria de Saúde e Assistência:*
 - 3.1. Recepção e Assistentes de Saúde - 03 vagas no grau mínimo;
 - 3.2. Fisioterapia - 03 vagas no grau mínimo;
 - 3.3. Serviço Social - 06 vagas no grau mínimo;
 - 3.4. Psicologia - 08 vagas no grau mínimo;
 - 3.5. Enfermagem - 05 vagas no grau médio;
 - 3.6. Nutrição - 01 vaga no grau mínimo;
 - 3.7. Naturologia - não há risco na atividade;
 - 3.8. Junta Médica - 04 vagas no grau médio;
 - 3.9. Odontologia - 03 vagas no grau médio e 04 vagas (assistentes) no grau médio;
 - 3.10. Laboratório - 13 vagas no grau médio;
 - 3.11. Médico - 08 vagas no grau médio.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 316, de 19 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0677/2010,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **ELIZABETH SARMENTO**, matrícula nº 2197, no cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-27, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei, a contar de 29 de abril de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 317, de 19 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0716/2010,

RESOLVE: com fundamento no art. 1º, § 19, da Emenda Constitucional nº 41/2003

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **DIRCE LUCIA PIANO**, matrícula n.º 1990, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, a contar de 30 de abril de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 318, de 19 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados,

ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	PROCESSO Nº	NÍVEL	Vigência
Jorge Blank	2202	0824/10	Especialização	07/05/10
Paulo Cesar Rodrigues	1374	826/10	Especialização	07/05/10
Diogenes Domingos Grigolo	1722	0445/10	Especialização	15/03/10
Vilson Elias Vieira	1111	0822/10	Especialização	07/05/10
Any Santos	6361	0776/10	Especialização	04/05/10

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 319, de 19 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados,

ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	PROCESSO Nº	NÍVEL	Vigência
Lisandrea Cristina da Costa	4358	0669/10	Especialização	14/04/10
Elias Amaral dos Santos	6332	0652/10	Mestrado	14/04/10
Claudio Henrique Schons	6326	0665/10	Mestrado	14/04/10

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 320, de 19 de maio de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	PROCESSO Nº	NÍVEL	Vigência
Alexandre Jose Back	6335	0667/10	Especialização	14/04/10
Rossana Maria Borges Espezin	5280	0650/10	Especialização	13/04/10
Maria Helena Saris	6337	0643/10	Especialização	12/04/10
Deluana Buss	6340	0624/10	Especialização	09/04/10

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 685/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 017/2010, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: **Confecção de cartilhas/gibis, para a campanha lançada pelo Ministério Público de Santa Catarina intitulada de "BULLYING, isso não é brincadeira"!** com base no Termo de Cooperação Técnica nº 066/09 celebrado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

EMPRESA VENCEDORA: DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA
Valor Global Total do Último Lance: R\$ 19.500,00
Florianópolis, 18 de maio de 2010.

ANTÔNIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA

PREGOEIRO

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 15.173, de 18 de maio de 2010

Concede abono aos servidores do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados e estabelece outras providências.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 172, de 30 de março de 2010, e eu, **Deputado Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado**, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído abono de R\$ 300,00 (trezentos reais) aos servidores, ativos e inativos, do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados a ser paga a partir do mês de agosto de 2010.

Art. 2º Sobre o valor do abono previsto no art. 1º desta Lei, não incidirá nenhum adicional, indenização, gratificação ou vantagem pecuniária, exceto a gratificação natalina, gratificação de férias e as consignações a que estiver sujeito o servidor.

Art. 3º O valor do abono previsto no art. 1º desta Lei é concedido ao servidor sujeito ao regime de quarenta horas semanais, sendo aplicado à proporcionalidade por carga horária e aos proventos da aposentadoria, reserva ou reforma remunerada.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de maio de 2010

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 778, de 19 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1987	Carlos Roberto de Souza	60	05/05/10	0895/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 779, de 19 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Albino Giust	5479	3%	3%	01/05/10	0778/10
Tarcisio Kock	5326	3%	3%	09/05/10	0851/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 780, de 19 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PREMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1204	Marcos Faria Ferreira	01/05/05	30/04/10	0849/10
2039	Mauricio Nascimento	16/04/05	15/04/10	0850/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***